



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

EMERSON EVANDRO DA SILVA

**ENTRE O ESCUDO E A ESPADA: um estudo acerca das implicações políticas
relacionadas à representação do cavaleiro medieval em *O Livro da Ordem de Cavalaria*
(1279-1283) de Ramon Llull**

PICOS (PI)

2023

EMERSON EVANDRO DA SILVA

**ENTRE O ESCUDO E A ESPADA: um estudo acerca das implicações políticas
relacionadas à representação do cavaleiro medieval em *O Livro da Ordem de Cavalaria*
(1279-1283) de Ramon Llull**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade Federal do Piauí,
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como
requisito para obtenção de grau de licenciado em
História.

Orientador: Prof. Dr. José Petrucio de Farias Júnior.

PICOS (PI)

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586e Silva, Emerson Evandro da

Entre o escudo e a espada : um estudo acerca das implicações políticas relacionadas à representação do cavaleiro medieval em *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279 – 1283) de Ramon Llull [recurso eletrônico] / Emerson Evandro da Silva – 2023.

60 f.

1 Arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciado em História, Picos, 2023.

“Orientador: Dr. José Petrúcio de Farias Júnior”

1. Cavalaria medieval. 2. Modelo de cavaleiro. 3. Ramon Llull. 4. Península Ibérica. I. Farias Júnior, José Petrúcio de. II. Título.

CDD 909.07

EMERSON EVANDRO DA SILVA

**ENTRE O ESCUDO E A ESPADA: um estudo acerca das implicações políticas
relacionadas à representação do cavaleiro medieval em *O Livro da Ordem de Cavalaria*
(1279-1283) de Ramon Llull**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade Federal do Piauí,
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como
requisito para obtenção de grau de licenciado em
História.

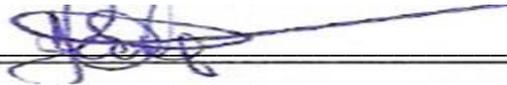
Orientador: Prof. Dr. José Petrucio de Farias Júnior

Aprovado em: 03/04/2023

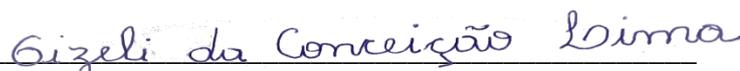
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Petrucio de Farias Júnior – Orientador
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof. Dr. João Paulo Charrone
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof. Ma. Gizeli da Conceição Lima
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

PICOS (PI)

2023

Aos meus pais, que não mediram esforços para garantir que eu pudesse estar hoje concluindo meus estudos em uma universidade. Aos meus amigos que me aconselharam e me incentivaram ao longo dessa trajetória acadêmica. A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a produção deste trabalho monográfico.

AGRADECIMENTOS

Se aproxima o momento que marcará o fim desta etapa da minha vida acadêmica, a defesa da monografia. A jornada até aqui foi longa e difícil, mas não a percorri sozinho. Por isso, devo agradecer àqueles que me acompanharam até aqui e me apoiaram ao longo dessa trajetória.

Agradeço de modo especial aos meus pais que, mesmo diante de uma série de dificuldades, me apoiaram e fizeram de tudo para garantir que eu persistisse nos estudos.

Aos amigos que conquistei ao longo do caminho, com os quais compartilhei as frustrações e alegrias da vida acadêmica e que sempre estiveram dispostos a me ouvir, me aconselhar e me incentivar. Sem vocês essa jornada teria sido muito mais difícil.

Agradeço especialmente também ao meu orientador, o professor Dr. José Petrócio de Farias Júnior, pois sem ele este trabalho não existiria. Suas sugestões e direcionamentos foram fundamentais para o desenvolvimento desta monografia. Obrigado pela paciência e por ser um professor tão organizado e presente para os seus orientandos.

Aos professores da banca, o Dr. João Paulo Charrone e a Ma. Gizeli Lima, pelo cuidado com o qual avaliaram o texto no processo de qualificação. Suas sugestões e críticas forneceram importantes contribuições para o progresso deste trabalho.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho possui como mote investigar as relações de poder na sociedade medieval do ocidente e, mais especificamente, na Península Ibérica do século XIII, a partir de um importante agente social do período, o cavaleiro, em suas relações com o universo religioso e as configurações políticas em que estavam enredados na época. Para isso, utilizamos como fonte *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283), no qual se apresenta a imagem ideal do cavaleiro como modelo de guerreiro cristão, pertencente à nobreza e fundamental para a manutenção do ordenamento social. Este trabalho se justifica pela necessidade de se preencher as lacunas presentes na historiografia existente sobre o tema, sobretudo no que se refere ao recorte espaciotemporal analisado e à relativamente pouca bibliografia em língua portuguesa acerca da cavalaria medieval ibérica. Portanto, sua relevância está em poder expandir o olhar sobre um importante agente do período medieval e poder possibilitar a ampliação dos conhecimentos que se tem acerca da figura do cavaleiro ou, pelo menos, apresentar uma nova perspectiva a partir de um enfoque pouco explorado. Esta pesquisa tem como sustentação teórico-metodológica e procedimento de análise a teoria da análise do discurso, sob a ótica de Eni Orlandi (2005), a partir da qual é possível investigar o discurso sobre a figura do cavaleiro apresentado na fonte de estudo em sua relação com outros discursos contemporâneos ou anteriores a ele, de modo a demonstrar as implicações políticas inerentes à construção da imagem do cavaleiro na fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Cavalaria Medieval. Modelo de cavaleiro. Ramon Llull. Península Ibérica.

ABSTRACT

This work aims to investigate power relations in western medieval society and, more specifically, in the Iberian Peninsula of the 13th century, from an important social agent of the period, the knight, in his relations with the religious universe and the configurations policies they were enmeshed in at the time. For this, we use as a source *The Book of the Order of Chivalry* (1279-1283), in which the ideal image of the knight is presented as a model of Christian warrior, belonging to the nobility and fundamental for the maintenance of the social order. This work is justified by the need to fill in the gaps present in the existing historiography on the subject, especially with regard to the analyzed space-time frame and the relatively little bibliography in Portuguese about medieval Iberian chivalry. Therefore, its relevance lies in being able to expand the look on an important agent of the medieval period and to be able to make possible the expansion of the knowledge that one has about the figure of the knight or, at least, to present a new perspective from a little explored approach. This research has as theoretical methodological support and analysis procedure the theory of discourse analysis, from the perspective of Eni Orlandi (2005), from which it is possible to investigate the discourse about the figure of the knight presented in the source of study in its relation with other contemporary or previous discourses, in order to demonstrate the political implications inherent in the construction of the image of the knight in the research source.

Keywords: Medieval Chivalry. Model of Knight. Ramon Llull. Iberian Peninsula.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<i>LOC</i>	<i>O Livro da Ordem de Cavalaria</i>	15
<i>DSG</i>	<i>A Demanda do Santo Graal</i>	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	AS VIRTUDES DE UM NOBRE GUERREIRO: O CAVALEIRO “BOM CRISTÃO” E SUAS RELAÇÕES DE PODER.....	16
2.1	<i>Oratores e Bellatores</i> : relações de poder entre cavaleiros, senhores feudais e clérigos no Ocidente medieval.....	17
2.2	Exemplos de cavaleiro ideal: o modelo do cavaleiro cortês e o modelo do cavaleiro “bom cristão” nos romances de cavalaria e em <i>O Livro da Ordem de cavalaria</i>	24
2.3	A cavalaria ibérica medieval: a obra <i>Siete Partidas</i> e o modelo régio de cavaleiro.....	32
3	“LINHAGEM E CAVALARIA SE CONVÊM E SE CONCORDAM”: MARCAS DE DISTINÇÃO SOCIAL E FUNÇÕES DO CAVALEIRO EM <i>O LIVRO DA ORDEM DE CAVALARIA</i>	39
3.1	A <i>Arte</i> inspirada: um breve percurso pela vida e obra de Ramon Llull.....	39
3.2	O guerreiro senhor de terras e amigo dos clérigos: a posição social do cavaleiro na sociedade medieval sob a ótica de Ramon Llull.....	45
3.3	“Do ofício que pertence ao cavaleiro”: a função social do cavaleiro em <i>o livro da ordem de cavalaria</i>	51
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco investigar as relações de poder na sociedade medieval do ocidente e, mais especificamente, na Península Ibérica do século XIII, por meio da análise de discurso, tal como idealizada por Eni Orlandi (2005), acerca de um importante agente social do período, o cavaleiro, em suas relações com o universo religioso e as configurações políticas em que estavam enredados na época. Para isso, utilizamos como fonte *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283), do filósofo catalão Ramon Llull¹, obra de caráter instrutivo na qual a figura do cavaleiro aparece como um modelo de conduta a ser seguido, desde que haja em conformidade com os preceitos cristãos, configurando-se dessa forma como um bom cristão.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de se preencher as lacunas presentes na historiografia existente sobre o tema, sobretudo no que se refere ao recorte espacial e temporal analisados. Outra justificativa é a que diz respeito à relativa escassez de estudos no Brasil, acerca da cavalaria medieval ibérica. Além do mais, estudar a relação entre o universo religioso e as configurações políticas da sociedade medieval é importante para ampliar nossa percepção acerca das relações de poder que se estabeleciam na Península Ibérica naquele período. Um meio para isso é analisar a relação entre o cavaleiro e o universo simbólico-religioso que dá inteligibilidade e confere legitimidade ao papel social que eles exerciam, levando-se em conta as configurações políticas nas quais estavam enredados.

Portanto, a relevância deste trabalho está em poder expandir o olhar sobre um importante agente do período medieval e poder possibilitar a ampliação dos conhecimentos que se tem acerca da figura do cavaleiro ou, pelo menos, apresentar uma nova perspectiva a partir de um enfoque pouco explorado.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar as implicações políticas que estão por trás do modelo de bom cristão associado à figura do cavaleiro por meio da fonte histórica *O Livro da Ordem de Cavalaria* de Ramon Llull (1279-1283). Como objetivos específicos, buscou-se entender as relações de poder entre a Igreja, os senhores feudais e os cavaleiros com a finalidade de compreender como a literatura cavaleiresca e cristã relaciona a imagem do cavaleiro a um modelo de bom cristão e, de modo mais específico, como Llull apresenta

¹ Ramon Llull nasceu entre os anos de 1232-1235 na cidade de Maiorca (Catalunha) e fez parte de uma família nobre local. Em certo momento de sua vida, segundo consta em sua autobiografia intitulada *Vida Coetânea* (1311), Llull teria passado por um momento de “Iluminação”, depois de Jesus Cristo supostamente ter lhe aparecido cinco vezes em sonho. Tal experiência é o que teria feito com que ele buscasse a purificação de sua alma por meio do martírio e da peregrinação como missionário laico, e depois se dedicasse à escrita de sua *Arte* – nome pelo qual ele chamava suas obras escritas em catalão, latim e árabe, entre as quais está *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283) – um conjunto de obras que ele tenta divulgar posteriormente.

essa imagem em torno da figura do cavaleiro em sua obra; analisar as marcas de distinção social entre clérigos, senhores feudais e cavaleiros presentes nesta narrativa e, por fim, questionar a função social desse guerreiro na literatura cristã, tendo em vista as implicações políticas inerentes à construção da figura do cavaleiro.

No processo de leitura e investigação da fonte de pesquisa, surgiram algumas questões que consideramos essenciais para a análise do tema que nos propomos a explorar, cujas respostas constituíram o pilar sobre o qual se construiu este trabalho. O problema de pesquisa e as questões que norteiam este estudo são as seguintes:

- Que implicações políticas estão por trás do modelo de bom cristão associado à figura do cavaleiro em *O Livro da Ordem de Cavalaria*?
- Que relações de poder eram mantidas entre a Igreja, os senhores feudais e os cavaleiros no recorte temporal analisado?
- Como a literatura cristã e cavaleiresca medieval relaciona a imagem do cavaleiro ao modelo de bom cristão?
- A análise da fonte nos permite identificar que marcas de distinção social entre os cavaleiros, os senhores feudais e os clérigos?
- Qual função social é atribuída ao cavaleiro na nossa fonte de pesquisa?

Assim, este estudo teve como aspiração principal investigar as implicações políticas que estão por trás do modelo de bom cristão associado à figura do cavaleiro na fonte histórica *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283), de Ramon Llull. Para isso, buscou-se investigar como a literatura cristã e cavaleiresca relaciona a imagem do cavaleiro a esse modelo de bom cristão, estudar as relações de poder entre a Igreja, os senhores feudais e os cavaleiros e analisar as marcas de distinção social entre essas categorias presentes nesta narrativa, questionando a função social do cavaleiro nessa literatura.

Como afirmado anteriormente, para a construção do presente trabalho, utilizamos como fonte *O Livro da Ordem de Cavalaria*², mais especificamente a versão traduzida em 2000 pelo professor Dr. Ricardo da Costa, especialista no que se refere à produção luliana. Obra de caráter instrutivo-pedagógico, ela visa prescrever os comportamentos e valores espirituais, morais e éticos tidos pelo filósofo como ideais e necessários para conduzir a cavalaria ao caminho da retidão e para o alcance da Salvação após a morte – este último um

² Essa obra, cujo local de redação e a datação não são precisos, se situa no início da produção literária luliana e constitui-se em uma aplicação prática de sua *Arte* que, segundo Ricardo da Costa (2000) em sua tradução da fonte, é um sistema de pensamento que possuía como objetivo converter os infiéis e era uma tentativa do filósofo de “unificar todo o pensamento da cultura medieval e um instrumento para investigar a verdade das criaturas tendo como pressuposto apriorístico a verdade de Deus.” (LLULL, *LOC*, Apresentação, p. XXIV)

elemento muito importante em um cenário fortemente marcado pela religião católica como a Europa Ocidental medieval – ambiente no qual viveu Llull.

Nessa obra em específico, Llull prescreve um código de conduta a ser adotado pela cavalaria, sobretudo na formação dos novos pretendentes ao estatuto cavaleiresco, grupo do qual ele mesmo já fez parte, e que estaria longe do modelo do nobre cavaleiro cristão por ele idealizado e presente na literatura do período (especialmente em alguns romances de cavalaria), como afirma Adriana Zierer (2017) em seu artigo *O modelo pedagógico de guerreiro segundo Ramon Llull*. É esse discurso produzido pelo filósofo que tentamos problematizar neste trabalho, procedendo a uma análise dos elementos que o compõem.

Nesta pesquisa trabalhamos, sobretudo, com o conceito de representação como elemento que faz ver uma ausência, tal como apresentado por Roger Chartier (1991), em sua obra *O mundo como representação*. Além disso, para realizar este estudo a metodologia adotada foi a da Análise de Discurso, tal como é concebida pela linguista Eni Orlandi (2005) em seu livro *Análise de Discurso: procedimentos e métodos*, com ênfase, particularmente, aos conceitos de formação discursiva e condições de produção, utilizados pela autora na obra em questão. Aliás, cabe ressaltar que Orlandi segue a perspectiva de Michel Pêcheux, e portanto uma vertente da análise de discurso francesa sob a ótica desse autor. Nesse sentido, a análise de discurso foi utilizada aqui como ferramenta para compreender as intencionalidades do autor em relação à nossa fonte de pesquisa, considerando suas marcas de autoria e de destinatário e indo além do que foi dito para entender os efeitos de sentido que ela comporta, os quais nos ajudaram a compreender melhor nosso objeto de investigação.

Demos destaque, principalmente, ao discurso presente na obra que apresenta o cavaleiro como modelo de bom cristão (imagem que está também presente em outros escritos de Llull), acerca do qual procuramos investigar as condições de produção e sua relação com o universo simbólico, religioso e político do período em que foi produzido. Essa análise requereu, aliás, um diálogo com outros discursos produzidos na época, como o que se referia à divisão da sociedade em três ordens hierarquizadas (clérigos, guerreiros e camponeses) e os veiculados pelos romances de cavalaria (como os que compõem o chamado ciclo arturiano) com os quais a obra de Llull estabelece conexões, que compõem o que na análise de discurso chamamos de formação discursiva.

Acima de tudo, procuramos dar atenção especial, neste trabalho, aos aspectos políticos que faziam parte das relações estabelecidas entre os cavaleiros e os indivíduos que ocupavam espaços de poder e dos cavaleiros como indivíduos que ocupavam também esses espaços. Em relação a isso, como veremos, *O Livro da Ordem de Cavalaria* não é o único exemplar da

literatura medieval ibérica no qual encontramos indicações da estreita associação entre cavalaria e nobreza já no século XIII. Nesse sentido, acreditamos que a análise de discurso nos permite compreender que “implicações políticas” se apresentam na formação discursiva em torno do modelo de bom cristão atribuído ao cavaleiro na obra de Llull, em um período em que política e religião estavam entrelaçadas.

Dessa forma, o presente estudo estabelece um diálogo com produções de historiadores considerados clássicos e referências no campo da História Medieval, e também com a historiografia brasileira acerca do período e do tema em foco, a partir de obras que fornecem importantes contribuições teóricas para a produção desta análise. Nesse sentido, para a concretização dos objetivos desta pesquisa, foi indispensável fazer referência a historiadores medievalistas de renome como Jacques Le Goff (1989), Georges Duby (1978), Jean Flori (2002) e Dominique Barthélemy (2010) e também a historiadores brasileiros que produziram importantes obras sobre a temática em questão, dentre os quais se destacam Adriana Zierer (2017) e Ricardo da Costa (2009).

O trabalho está estruturado em dois capítulos: no primeiro capítulo abordam-se as relações de poder estabelecidas entre a Igreja, os senhores feudais e os cavaleiros e também a respeito de como a literatura cavaleiresca e cristã, com destaque para os romances de cavalaria, associa a imagem do cavaleiro ao modelo de bom cristão, inclusive abordando no final do capítulo uma fonte textual ibérica que pode ser lida como um contraponto a esse tipo de abordagem, como forma de evidenciar o papel de destaque dado por Llull a uma ética e moral religiosas na construção da sua representação desses guerreiros em *O Livro da Ordem de Cavalaria*.

A partir da referência a obras como *O Homem Medieval* (LE GOFF, 1989), *As três ordens ou o imaginário do feudalismo* (DUBY, 1978), *A Sociedade Cavaleiresca* (DUBY, 1977), *Dicionário temático do Ocidente medieval* (LE GOFF; SCHMITT, 2002) e *A Cavalaria: da Germânia Antiga à França do século XII* (BARTHELEMY, 2010), dentre outras, é possível estabelecer conclusões acerca das interações e da forma como se articulavam as principais instâncias de poder na sociedade medieval do ocidente no século XIII, com ênfase a posição ocupada pelos cavaleiros em meio a essas categorias sociais. Nesse sentido, a partir de um percurso historiográfico pelas obras dos medievalistas clássicos, atinge-se uma parte dos objetivos dessa pesquisa, referente à compreensão a respeito das relações de poder que eram mantidas entre a Igreja, a nobreza e a cavalaria no recorte temporal analisado.

Ainda no primeiro capítulo, e a partir das conclusões resultantes dessa discussão inicial, busca-se concretizar um dos mais importantes objetivos do trabalho, que diz respeito a como a literatura cristã e cavaleiresca da época relaciona a imagem do cavaleiro a um modelo de bom cristão. Aqui entram em foco os chamados romances de cavalaria, nos quais geralmente se apresentava uma imagem idealizada desses guerreiros como modelos de virtudes e os quais, segundo Adriana Zierer (2017), podem ter influenciado a concepção sobre os cavaleiros que Llull apresenta em sua obra. Com base nas reflexões dessa autora e de outros historiadores como Ricardo da Costa (2009), Neila Matias de Souza (2011), Marcos Antônio Lopes (2011) e outros, se objetiva verificar as aproximações e distanciamentos entre os diferentes discursos que apresentam a imagem do cavaleiro como bom cristão, incluindo a nossa fonte de pesquisa, e como essa imagem está associada também a uma condição de prestígio dos cavaleiros assim retratados, no seio da aristocracia.

Para concluir o capítulo, e tendo em vista que o foco deste trabalho consiste em investigar as relações de poder desenvolvidas em torno da figura do cavaleiro na sociedade medieval do ocidente e, mais especificamente, na Península Ibérica do século XIII, não podemos deixar de explorar um exemplo da literatura ibérica do período que realiza uma abordagem desses guerreiros distinta da feita por Ramon Llull. Com base principalmente nas reflexões de autores como Jesús Rodríguez Velasco (1993), Olga Pisnitchenko (2016) e Georges Martin (2004), vê-se como se deu a construção de um modelo de cavaleiro pelo discurso jurídico régio castelhano no século XIII, que apesar de guardar semelhanças com o modelo apresentado por Llull, por exemplo, na identificação desses guerreiros com a nobreza, difere deste ao afastar a cavalaria do mundo eclesiástico, inserindo-a em um complexo sistema de vínculos em cujo topo estava o rei e atribuindo-lhe como principal função a defesa da terra e não a da Igreja Católica e da cristandade, como advoga Llull. Nesse sentido, pretendeu-se demonstrar a importância do fator religioso na construção do modelo cavaleiresco luliano a partir da comparação desse modelo a outro a ele contemporâneo e que foi elaborado a partir de pressupostos distintos, e também enfatizar a dimensão política de que se reveste a cavalaria nos discursos veiculados por ambas as fontes.

No segundo capítulo, se busca analisar as marcas de distinção social entre clérigos, senhores feudais e cavaleiros que podem ser identificadas na fonte *O Livro da Ordem de Cavalaria*. Contudo, antes disso, abordam-se brevemente a vida e obra de Ramon Llull de modo a verificar como suas condições de produção conformaram a imagem que ele constrói sobre a figura do cavaleiro na obra em análise. Para isso utilizou-se como fonte a tradução feita pelo professor Ricardo da Costa (1999) da autobiografia do filósofo maiorquino, a obra

Vida Coetânea (1311). Além disso, neste capítulo se faz uma análise mais aprofundada da fonte, através de trechos selecionados que apontem as marcas de distinção entre essas categorias sociais, acentuando-se a posição ocupada por esses guerreiros em meio a essas instâncias de poder, que lhes garantia certa autoridade no âmbito político. Para fundamentar as interpretações e conclusões resultantes da análise da fonte de pesquisa, se utilizam como aporte teórico, sobretudo as obras dos medievalistas clássicos citados anteriormente, bem como a historiografia brasileira sobre a temática.

No final do capítulo procura-se, enfim, questionar a função social do cavaleiro na nossa fonte de pesquisa, tendo em vista as implicações políticas por trás dessa obra. Este capítulo se concentra na análise de trechos da fonte que apresentem a função social atribuída por Lull a essa categoria de guerreiros na sociedade medieval do ocidente no recorte temporal em foco. Para isso, o aporte teórico utilizado é mais uma vez principalmente as contribuições dos historiadores Adriana Zierer e Ricardo da Costa acerca do tema. Enfim, acreditamos que determinar a função social atribuída ao cavaleiro na literatura cristã nos ajuda a definir as implicações políticas decorrentes das funções exercidas por eles a partir da posição em que se encontravam na sociedade.

Por conseguinte, seguindo o itinerário deste trabalho monográfico, vejamos a seguir como se davam as relações de poder entre a Igreja católica, os nobres e os cavaleiros no ocidente medieval do século XIII e como os cavaleiros se situavam em meio a essas duas instâncias de poder, passando em seguida para uma análise comparativa entre a obra analisada neste trabalho e outras duas fontes a ela contemporâneas com as quais estabelece certas conexões no plano discursivo.

2 AS VIRTUDES DE UM NOBRE GUERREIRO: O CAVALEIRO “BOM CRISTÃO” E SUAS RELAÇÕES DE PODER

Este capítulo apresenta inicialmente uma discussão acerca das relações entre duas das principais instâncias de poder do período medieval, a Igreja e a nobreza, e sobre como os cavaleiros se inserem em meio a essas categorias de poder, como sujeitos subordinados ou efetivamente pertencentes à nobreza. Analisar as relações dos cavaleiros com os sujeitos que ocupavam os espaços de poder e o seu papel como indivíduos que também ocupavam esses espaços é importante uma vez que nos aproxima do principal objetivo deste trabalho, que consiste em investigar as implicações políticas inerentes a uma determinada representação do cavaleiro apresentada na nossa fonte de estudo.

*O Livro da Ordem de Cavalaria*³ (1279-1283) pode ser lido como um manual, uma vez que prescreve os comportamentos e virtudes que deveriam ser seguidos pelos cavaleiros. Nesse sentido, a produção de uma obra desse tipo sugere que para Ramon Llull a cavalaria em sua época se afastava do ideal por ele almejado, decorrendo disso a necessidade de ofertar um livro que apresentasse um modelo de conduta que conduzisse os cavaleiros em direção a esse ideal. Portanto, a imagem que o filósofo compõe desses sujeitos funciona como um guia para conduzi-los ao caminho da retidão a partir de um modelo de guerreiro que poderíamos chamar de “bom cristão”, um modelo literário que, no entanto, não era o único e nem era uma novidade da narrativa luliana. É este modelo exemplar de cavaleiro que ganha relevância no século XIII e que está presente tanto na nossa fonte quanto em outra importante obra literária do período, *A Demanda do Santo Graal*⁴ – e sua relação com o modelo literário predominante na literatura cavaleiresca do século anterior – que analisamos no segundo tópico deste capítulo.

O modelo do cavaleiro cristão fortemente pautado em preceitos, virtudes e em uma ética e moral religiosas apresentado por Llull em sua obra não é o único exemplo de abordagem sobre esses guerreiros que encontramos na Península Ibérica. No terceiro tópico deste capítulo abordamos, com base na bibliografia sobre o assunto, a obra *Siete Partidas*⁵,

³ Para garantir uma melhor fruição do texto utilizaremos a abreviatura *LOC* para nos referirmos a nossa fonte de estudo.

⁴ *A Demanda do Santo Graal* pertence ao que os estudiosos chamam de Matéria da Bretanha, que compreende as obras literárias construídas em torno da figura mítica do rei Artur e dos chamados cavaleiros da Távola Redonda, e é uma das três obras que compõem o ciclo da *Post-Vulgata* (1230-1240), mais dedicado aos temas do Graal e do rei Artur. A única cópia hoje existente deste manuscrito é uma tradução portuguesa dos originais franceses dos quais só restaram fragmentos incompletos.

⁵ Uma das obras jurídicas produzidas durante o reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284), em Castela e Leão, e que faz parte de um esforço de levar adiante a tarefa de consolidação dos códigos legais do reino e

um código legislativo produzido na corte do reino de Leão e Castela no século XIII, alguns anos antes da produção do *LOC*. Na seção dedicada às leis referentes à dignidade cavaleiresca, essa obra realiza uma abordagem da cavalaria que difere da feita por Llull, sobretudo na reduzida importância que confere ao fator religioso na descrição que realiza dos deveres e privilégios dos cavaleiros, por exemplo, atribuindo-lhes como principal função não a defesa da Igreja e da cristandade, mas a da terra e do senhor natural.

Esse documento, que confere reconhecimento jurídico à cavalaria no reino de Castela, também a insere em um complexo sistema de vínculos em cujo topo estava o rei e, a semelhança de Llull, a caracteriza como uma dignidade destinada a indivíduos de boa linhagem, ou seja, a nobreza, e dentro do estado dos defensores de acordo com a ideologia das três ordens. Nesse sentido, a comparação dessa obra com a nossa fonte de estudo nos permite ressaltar o papel do fator religioso na construção da representação que Llull faz do cavaleiro e também enfatizar as implicações políticas resultantes dessa representação ao constatar a íntima associação entre a cavalaria e as classes dirigentes no século XIII.

2.1 *Oratores e Bellatores: relações de poder entre cavaleiros, nobres e clérigos no Ocidente medieval*

Entender as relações de poder entre a Igreja Católica, os senhores feudais e os cavaleiros é um dos objetivos que se visam atingir neste trabalho. Contudo, para isso é necessário observar como esses elementos se apresentavam no período em análise antes de tentar identificá-los dentro da nossa fonte de pesquisa.

Primeiramente, é necessário ter em mente que a escolha destes perfis em específico está associada a um dos nossos propósitos de investigação, que consiste em analisar a relação do cavaleiro medieval com essas instâncias de poder, entendendo que estas são categorias genéricas que encerram variadas subcategorias e que são legitimadas por determinados discursos que circulavam no período. Nossa intenção é, inicialmente, entender como atuavam essas instâncias de poder e o modo como interagiam entre si, esboçando os contornos dessas diferentes esferas sociais à luz da bibliografia consultada. Portanto, vejamos como a literatura medieval ocidental apresenta, por volta do século XI, um esquema de divisão da sociedade cristã.

uniformização jurídica, impondo-lhe uma legislação única em substituição à multiplicidade de códigos e *fueros* espalhados pelo reino.

O discurso que preconizava a divisão da sociedade em três ordens hierarquizadas (*oratores, bellatores e laboratores*), ou seja, entre aqueles encarregados das funções ligadas à esfera religiosa (clérigos), aqueles responsáveis pelas atividades militares (nobreza) e aqueles dedicados ao trabalho servil de cultivo da terra, criação de animais e outras tarefas destinadas ao sustento das outras duas ordens (camponeses), seria um dos elementos de legitimação dessas instâncias de poder. Georges Duby (1978), no livro *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, problematiza esse modelo tripartite da sociedade, atribuído a dois indivíduos da alta nobreza que ocupavam a mesma posição de prestígio (o episcopado) e considerados os primeiros formuladores desse modelo: Adalberón de Laon e Gerardo de Cambrai.

Ao receber a sagração, segundo Duby, argumenta-se que os bispos são deslocados para a fronteira entre o celeste e o terreno, o visível e o invisível e, portanto, suas pregações e discursos exercem significativo impacto social. Decorrente dessa posição intermediária caberia aos bispos restaurar a harmonia entre os mundos e o estabelecimento da ordem. Essa ordem teria como modelo o plano celeste baseado na santíssima trindade e, como tal, pretendia ser o modelo exemplar de sociedade em que as pessoas estariam divididas por funções definidas, fixas, hierarquizadas, mas também complementares.

De acordo com Duby, por essa ideologia⁶, também se justificavam os privilégios das ordens superiores, tal como o historiador esclarece a partir de trechos de escritos do século XII atribuídos a Benedito de Sainte-Maure, homem letrado que se pusera a serviço dos nobres, nos quais defende explicitamente a divisão trifuncional da sociedade, à medida que tenta justificar os privilégios detidos pelos senhores e clérigos e defende a conformação dos desafortunados com a posição em que se encontravam, para a manutenção da ordem.

Diante do exposto, a nosso ver, do ponto de vista da análise discursiva, esse esquema de representação das três ordens na medida em que reforçava as hierarquias sociais, colocando no topo da pirâmide o clero e a nobreza, sobretudo o primeiro, como as principais instâncias de poder na sociedade, corroborava com os interesses desses indivíduos que ocupavam os espaços de poder e, nesse sentido, teria sido formulada em prol da legitimação da manutenção dessa ordem social. Aliás, não devemos esquecer que foram bispos os primeiros formuladores desse modelo, o que demonstra os interesses da Igreja na construção de uma ideologia que a colocava no topo da hierarquia social. Ademais, esse ordenamento

⁶ A ideologia é um sistema de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos) globalizante, deformante, concorrente e estabilizador, dotado de uma existência e de um papel histórico em uma determinada sociedade. (DUBY, 1974, p. 132)

social trifuncional também pode ser identificado na nossa fonte de estudo e será analisado em capítulo posterior.

Para além da divisão entre as três ordens, havia uma divisão mais geral relativa à distinção entre clérigos e leigos. Jean-Claude Schmitt (2002), em *Dicionário temático do Ocidente medieval*, coletânea organizada por ele em conjunto com Jacques Le Goff, define essa distinção como um dos fundamentos da sociedade medieval e de sua ideologia. Tendo em vista o papel fundamental desempenhado pela religião em relação às representações do mundo e ao modo de organização das relações sociais no Ocidente medieval, é evidente que em uma classificação pautada pela religião, a categoria que dela mais se aproxima se configura como a mais importante. Nesse sentido, no seio da cristandade, os clérigos por estarem associados ao espiritual, ao sagrado e ao divino estariam em uma posição superior em relação aos leigos ligados ao temporal, ao profano e ao terreno. Veremos no tópico seguinte, que esse princípio será válido também para a cavalaria, pelo menos no plano discursivo, a partir do momento em que surge na literatura um modelo de cavaleiro imbuído de valores cristãos.

É importante destacar, no entanto, de acordo com Schmitt, que a instituição eclesial não atua “fora do mundo” ou separado dele, mas efetivamente age dentro dele e sua ação ultrapassa os limites da religião e encampa também a política, a economia, a cultura e outros aspectos estruturantes da sociedade circundante. A relação entre essas duas esferas não é fixa, mas dinâmica, e ambas desempenham funções complementares na sociedade cristã, num intercâmbio entre bens espirituais e materiais⁷.

Em conformidade com essa perspectiva em relação à esfera clerical, Jacques Le Goff (1989), em *O Homem Medieval* – coletânea na qual se descreve e analisa diversos perfis humanos na sociedade medieval europeia, tendo em vista a definição de um modelo de homem – afirma que: “numa época dominada e impregnada até as suas fibras mais íntimas pela religião, esse modelo era, evidentemente, definido pela religião e, acima de tudo, pela mais alta expressão da ciência religiosa: a teologia” (LE GOFF, 1989, p. 10). Nesse sentido, o clérigo, da sua posição de intermediário entre os homens e os desígnios divinos, é concebido como uma figura privilegiada, especialmente os sujeitos que ocupavam posições superiores na instituição eclesiástica. Em relação a isso, não devemos esquecer que essa é uma categoria social, constituída por diferentes cargos, cujas atribuições, áreas de influência e exercício do

⁷ Segundo essa perspectiva, os bens espirituais dizem respeito a preces, liturgias, missas e outros serviços exercidos pelos clérigos para promover a mediação entre Deus e os homens. Os bens materiais, por sua vez referem-se aos bens destinados pelos leigos às instituições eclesiásticas, por meio do dízimo, esmolas, doações, encomendas de missas, etc.

poder estão distribuídos hierarquicamente. No entanto, não é nossa intenção pormenorizar a análise dessa categoria, já que foi necessário fazer escolhas, conforme os objetivos de nossa investigação.

A Igreja Católica atingiu uma condição de imenso poder e influência no ocidente durante a Idade Média, porquanto detinha a maior parte das terras produtivas e era a principal instituição religiosa da Europa Ocidental naquele período, logo seus dirigentes também compartilhavam desse poder e influência. Entre os membros do clero secular, já abordamos brevemente, por meio de Georges Duby (1978), a figura do bispo e sua forte autoridade espiritual advinda de sua posição de conexão com o divino, por ser visto como intermediário entre os dois mundos. O Papa, bispo de Roma, por sua vez, a maior autoridade eclesiástica da instituição, se revestia de um caráter ainda mais sagrado como líder da igreja, pelo menos a partir do século XI. Por sua posição e pela imagem que se tinha deles, esses sujeitos tiveram enorme influência sobre o conjunto da sociedade, incluindo a nobreza, atuando muitas vezes como conselheiros para os reis e intervindo em conflitos para estabelecer a paz.

Por falar em reis, é chegado o momento de dirigirmos nosso olhar para a ampla categoria de nobreza, pois é como integrantes desse grupo que os cavaleiros ocupam de fato espaços de poder na sociedade medieval. Jean Flori (2005) no livro *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média* define a nobreza como um qualificativo moral que com o tempo se torna um qualificativo social, ou seja, uma palavra que era utilizada para se referir a coisas e comportamentos como notáveis, reputadas, célebres e dignos de admiração e que passa a designar uma qualidade familiar e hereditária possuída desde o nascimento e que contém graus.

Na definição do que é ser nobre entraria ainda o fator aparência, ou seja, a necessidade de ser percebido e considerado como nobre. De acordo com Flori, “isso resulta de uma maneira de viver, de ser e parecer, agir, vestir, falar; em suma, de ser admitido por seus pares em uma sociedade cujos membros se conhecem e se reconhecem por sinais que dependem precisamente do comportamento, do parecer.” (FLORI, 2005, p. 117).

Diante do exposto, nada melhor do que focalizarmos um dos espaços privilegiados de reunião e socialização desse grupo diverso e hierárquico, onde os nobres podiam ser vistos e reconhecidos por seus pares. Bernard Guenée (2002), no “verbete” *Corte* da obra *Dicionário temático do Ocidente medieval*, analisa cronologicamente esse que designa ao mesmo tempo um espaço e o grupo privilegiado de pessoas que o frequentam ou nele residem, as quais cercavam e formavam o séquito do anfitrião, seja ele um imperador, um rei, um príncipe, o papa, um bispo ou um modesto senhor. Nesse ambiente particular, no decorrer dos séculos XI

e XII, nasceria a “cortesia” como um ideal e um gênero de vida com forte influência na literatura do período.

No século XIII, período que compõe o recorte cronológico deste trabalho, com a crescente centralização política em torno das monarquias europeias, a figura do rei ganha ainda maior imponência na corte e lança a sua sombra sobre os indivíduos que dela faziam parte. Ele era a fonte de toda a autoridade e justiça no seu respectivo reino e contava com um conselho de nobres para a tomada de decisões políticas e administrativas. Assim, como afirma Guenée, a corte era o lugar de poder por excelência nesse período. Aliás, com base no que veremos, podemos afirmar também que era lugar de cavaleiros.

Mas o que era a cavalaria afinal? Para Jean Flori (2005, p. 15), ela é resultado da fusão lenta e progressiva de elementos de ordem militar, política, cultural, ética, religiosa e ideológica em meio à sociedade aristocrática e guerreira que se instaura entre o final do século X e o final do século XI. Elementos que gradualmente dariam forma à entidade composta por guerreiros de elite que combatiam a cavalo e tinham uma ética própria, que conheceria seu apogeu entre os séculos XII e XIII.

Em outras palavras, já antecipando alguns aspectos do que será abordado nos próximos parágrafos, longe de ser uma categoria exclusivamente militar, ao longo do tempo a cavalaria vai incorporando dimensões políticas à medida que vai ganhando prestígio, justamente pelo seu sucesso no campo de batalha, e sendo assumida por uma aristocracia que a torna cada vez mais restrita e exclusiva; dimensões religiosas através da ação de uma instituição eclesiástica que buscava “apaziguá-la” e dotá-la de valores morais e éticos cristãos; uma dimensão cultural à medida que se torna um modelo exemplar de guerreiro, protagonista de um gênero literário que o retrata de forma idealizada; uma dimensão ideológica pela função específica que assumem na manutenção da ordem social determinada pela ideologia das Três Ordens, por exemplo. Em suma, a cavalaria era uma categoria heterogênea, dinâmica e multifacetada cuja definição é complexa e talvez não possa ser alcançada.

A partir do que foi exposto até aqui, podemos enfim adentrar no objetivo deste tópico ao nos fazermos os seguintes questionamentos: que relações essas instâncias de poder estabeleciam entre si? De que forma a cavalaria se insere no âmbito destas relações? Dominique Barthélemy (2010), em seu livro *A Cavalaria: da Germânia Antiga à França do século XII*, nos apresenta alguns exemplos da interferência do clero sobre a nobreza, sobretudo em relação aos cavaleiros.

Barthélemy, se refere aos juramentos feitos por esses nobres guerreiros relacionados aos concílios da chamada “paz de Deus”⁸ e da “trégua de Deus”⁹ entre os séculos X e XI, que visavam conter por meio de pressões eclesiásticas e pela ameaça da excomunhão, os abusos e violências praticados nas guerras feudais, por exemplo, ainda que o autor também assinale os limites desses juramentos, uma vez que não eram cumpridos plenamente e sem reservas. Os decretos produzidos por esses concílios teriam feito parte de esforços da Igreja em controlar e “domesticar” a cavalaria ao dar a ela contornos religiosos, limitando seus excessos e canalizando a violência que ela praticava a alvos contra os quais essa violência seria legitimada.

A influência do clero sobre os guerreiros nobres, também se dava através da própria sacração dos cavaleiros pelo ritual de adubamento que, no século XI, se reveste de um caráter sagrado pela incorporação de um cerimonial cristão, representado, por exemplo, pela vigília e bênção das armas e pela missa que antecede a sacração (cerimonial que, aliás, é descrito em *O Livro da Ordem de Cavalaria*). Barthélemy reflete sobre como esse ritual pode estar associado à criação da imagem do cavaleiro como defensor dos cristãos e da Igreja contra os inimigos da cristandade (os “infiéis”), discurso que serviria como justificativa para os atos praticados nas Cruzadas, ou seja, a Igreja condenava atos de violência entre os cristãos, mas justificava esses mesmos atos quando praticados contra não cristãos, como por exemplo, na Península Ibérica e em Jerusalém. Em síntese, para os cristãos “paz de Deus” e para os não cristãos “guerra de Deus”.

Em consonância com essa linha de argumentação, Jean Flori (2002), em *Dicionário temático do Ocidente medieval*, discorre acerca do verbete Cavalaria, apresentando as principais discussões historiográficas acerca dessa “ordem” de guerreiros e sua relação com importantes elementos daquele período, como o clero e a nobreza. Esse historiador nos informa como a Igreja tentou impregnar a cavalaria com seus ritos e ideais, mas não conseguiu fazer isso totalmente. Segundo Flori, o intuito de instituições de paz como a “Paz de Deus” não era de proibir a guerra, mas reservá-la a uma categoria determinada de indivíduos – os guerreiros profissionais (cavaleiros) – e direcioná-la contra inimigos específicos, os não cristãos e, sobretudo, os muçulmanos. Nesse sentido, observa-se uma concordância entre as posições defendidas por Barthélemy e Flori acerca da relação entre a cavalaria e o clero.

⁸ Os decretos dos concílios da “paz de Deus” prescreviam a reforma do clero, a defesa do direito de propriedade contra espoliações, a salvaguarda de lugares sagrados (igrejas) e de pessoas desarmadas.

⁹ Ela interdita atos de guerra em momentos importantes do ano cristão (Advento, Quaresma, Pentecostes) e de quinta a domingo de cada semana.

Nessa mesma obra, Flori também trata a respeito da relação entre cavalaria e nobreza. De acordo com ele, no século XI os *militēs* (termo usado para se referir aos guerreiros naquela época), não possuíam ainda uma posição de elevado prestígio como a nobreza, a qual na verdade serviam, mas também não estavam sujeitos às mesmas exações que os camponeses. Contudo, ocorreria uma gradativa elevação da dignidade da cavalaria em razão da proximidade com a nobreza, que facilitou a combinação de costumes e mentalidades comuns e a elevação da condição socioeconômica desses guerreiros através de casamentos com mulheres nobres. Nas palavras de Flori

Sem se confundir ainda com a nobreza, que permanece questão de sangue, de nascimento, de linhagem, a cavalaria ganha em dignidade e logo compõe uma classe hereditária, que constitui, por sua vez, uma aristocracia, na qual se entra por adubamento, rito cavaleiresco por excelência, que se reserva cada vez mais apenas aos filhos de cavaleiro: só são armados cavaleiros os filhos de pai cavaleiro e de mãe nobre. Por estas disposições, a nobreza controla a entrada na cavalaria e reserva o acesso a ela a seus próprios membros, numa época em que a dignidade cavaleiresca acrescenta distinção àquele que a recebe. Cavalaria e nobreza acabam por se fundir ou por se confundir. (FLORI, 2002, p.190)

Nesse sentido, cavalaria e nobreza aparecem, no século XIII, já como elementos bastante associados. No entanto, como vimos, nem sempre foi assim, pois elas constituíram, por algum tempo, categorias separadas. Georges Duby (1977), em *A Sociedade Cavaleiresca* também reflete acerca de como se deu a gradual fusão entre cavaleiros e senhores, a qual, em linhas gerais, teria ocorrido à medida que a função militar de cavaleiro foi ganhando prestígio e sendo assumida por indivíduos que dispunham de recursos para se armar e se manter nessa função, terminando por se tornar uma posição quase que reservada exclusivamente aos nobres. Todavia, como assinala Flori (2005), apesar de nobreza e cavalaria terem se entrelaçado ao longo do tempo, esses termos nunca foram sinônimos ou equivalentes. Ainda que no século XIII uma grande parcela dos homens nobres fossem cavaleiros (em regiões como a França, por exemplo), nem todos os cavaleiros tinham origem nobre, o que não exclui o fato de que essa função atraiu a nobreza, que passou a reivindicar seu controle e até mesmo sua exclusividade.

Por conseguinte, pode se verificar a partir do que foi exposto até aqui, como essas instâncias de poder da sociedade medieval do Ocidente interagiam e mantinham relações estreitas entre si, sendo até mesmo intercambiáveis. O clero agia sobre a nobreza e a cavalaria prescrevendo normas e comportamentos e realizando a mediação entre esses sujeitos e os desígnios divinos e estes, por sua vez estavam encarregados da manutenção dessa instituição concedendo proteção e bens materiais. Quanto às relações entre cavalaria e nobreza, vimos

que no século XIII elas já não constituem grupos separados, mas quase um mesmo grupo. O próprio Ramon Llull, em *O Livro da Ordem de Cavalaria*, realiza a associação entre essas categorias nos trechos em que ele demarca o fator linhagem como requisito para o ingresso nessa ordem de guerreiros. Portanto, podemos inferir que por ocupar espaços de poder os cavaleiros, que também podiam ser imperadores, reis e príncipes (ou talvez o inverso seja mais correto), exerciam influência sobre a sociedade e seu papel se inscrevia em uma dimensão não apenas militar, mas também política e cultural. Analisemos então, as imagens idealizadas construídas em torno dessa figura na literatura cavaleiresca do período, e em especial na nossa fonte de estudo.

2.2 Exemplos de cavaleiro ideal: o modelo do cavaleiro cortês e o modelo do cavaleiro “bom cristão” nos romances de cavalaria e em *O Livro da Ordem de Cavalaria*

Entre os séculos XII e XIII, aproximadamente, ocorre o desenvolvimento pleno de uma literatura que tem na figura do cavaleiro uma fonte e tema privilegiados, sobre a qual se constrói uma imagem ideal, uma figura exemplar que encarna valores morais e éticos. Como representantes dessa literatura, podemos destacar os romances de cavalaria, nos quais transparece um modelo heroico, aventureiro e cortês. Contudo, daremos maior destaque aqui a outro modelo literário, o do cavaleiro cristão, que, de acordo com Adriana Zierer (2015) em seu artigo intitulado *Galaaz e Lancelot n'a Demanda do Santo Graal: modelos ideais de cavaleiro em confronto*, a partir do século XIII também passa a estar presente nos romances de cavalaria. Aliás, e o mais importante, esse mesmo modelo que a título de ênfase e melhor caracterização chamaremos de modelo de “bom cristão”, também pode ser identificado na nossa fonte de estudo, com a diferença de que nela ele aparece como um ideal não conquistado, ou seja, não como um retrato ilustrativo do que a cavalaria é segundo a concepção do autor, mas do que deveria ser. Daí o *LOC* poder ser enquadrado como um manual que prescreve os comportamentos, normas e preceitos cristãos para os indivíduos que pretendessem ingressar na ordem, os quais se seguidos deveriam concretizar o ideal de guerreiro imaginado pelo filósofo.

Tendo isso em consideração, nessa análise não podemos perder de vista o conceito de representação, uma vez que estes modelos literários constituem de fato representações sobre a figura do cavaleiro. Aqui, nos referimos à definição desse conceito fornecida por Roger Chartier (1991), como elemento que faz ver uma ausência, uma substituição do referente que,

entretanto, como ele ressalta, é diferente do objeto representado. É importante termos isso em mente no trabalho com as fontes, a consciência de que o historiador não narra os acontecimentos tal como ocorreram, não descreve um grupo ou sociedade tal como ela o era. O que lhe chegam são representações desses objetos, pequenos vestígios que ele deve reunir e interpretar amparado em métodos próprios de análise das fontes. É isso que pretendemos fazer em relação à imagem do cavaleiro presente na nossa fonte, encará-la como representação e como discurso que dialogava e era influenciado por outros discursos que circulavam no período em análise, como os que compunham os romances de cavalaria. Dito isto, passemos então para a análise dessas representações.

Retomando o que mencionamos brevemente no capítulo anterior, segundo Bernard Guenée (2002), a atmosfera particular da corte nutriu um ideal que transformaria rudes guerreiros em corajosos e virtuosos cavaleiros, um ideal que iria se impor durante séculos à sociedade europeia ocidental, dando origem, por volta dos séculos XI e XII, à chamada “cortesia”. Em termos práticos, a “cortesia” implicava um gênero de vida ideal, marcado por uma mudança qualitativa nos costumes e comportamentos. Para os cavaleiros significava uma virtuosidade guerreira e perícia em todos os exercícios militares e esportivos, além da necessidade de serem letrados. A “cortesia” impunha enfim uma determinada forma de ser e de viver, com a adoção de modos elegantes e uma etiqueta adequada à corte.

A elegância podia ser vista em todos os atos do cortesão, nos seus modos à mesa, em jogos, em combates e até mesmo e talvez principalmente, na forma como se relacionava com as mulheres. Nesse sentido, podemos falar de “amor cortês”, o mesmo que em tantas histórias fará com que cavaleiros partam em aventuras e enfrentem terríveis perigos e que alimentará a busca pela realização de incríveis façanhas e feitos de armas para conquistar o favor e a afeição de uma dama de beleza exuberante por quem o cavaleiro nutre uma intensa paixão, geralmente platônica. De acordo com Marcos Antônio Lopes (2011), em seu artigo intitulado *Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria*, esse é um dos três principais componentes do enredo dos chamados romances de cavalaria, um gênero literário ilustrativo dos valores morais cavaleirescos, bastante difundido na Europa entre os séculos XII e XIII e que ganha uma relevância internacional que ultrapassa esse período e faz, segundo Flori (2005), com que a cavalaria adquira uma dimensão cultural e ideológica.

Em relação aos outros dois principais motivos dessa literatura, de acordo com Lopes eles são constituídos pela ênfase nas virtudes guerreiras do cavaleiro gerada pela presença de antagonistas – figuras opressoras dos indefesos que realçam as vitórias dos cavaleiros e os transformam em heróis gloriosos e paladinos da justiça punindo os malfeitores e restaurando a

ordem – e, por último, pela recorrência de elementos fantásticos como espíritos, gigantes, monstros e dragões nessas narrativas. Em suma, como destaca o autor, o romance cortês, um gênero literário destinado ao consumo das elites, possuía como bases de apoio o heroísmo, o amor e a aventura. Esses elementos que constituem o modelo do cavaleiro heroico, cortês e aventureiro estiveram presentes em importantes obras do gênero escritas em verso, como as que compõem o chamado ciclo arturiano¹⁰.

Não é nosso objetivo neste trabalho apresentar uma análise acerca da transformação em mito da figura do rei Artur nem as narrativas que foram construídas em torno desse rei lendário, antes nos interessa as histórias que tem como protagonistas os principais cavaleiros de sua corte, sobretudo Lancelot e Galaaz que, como veremos, encarnam diferentes modelos cavaleirescos. Em artigo de 2013 intitulado *Do verso à prosa: o potencial histórico dos romances de cavalaria (séculos XII-XIV)*, Carolina Gual da Silva, Cláudia Bovo e Flávia Amaral problematizam o uso dos romances de cavalaria como documentos históricos a partir da análise de um conjunto de obras do gênero, dentre as quais se encontram escritos de autoria de Chrétien de Troyes, um dos poetas mais famosos do século XII e autor das primeiras obras sobre os cavaleiros da Távola Redonda.

As obras desse destacado romancista que integram o ciclo arturiano são *Cligé (1175)*, *Erec e Enid (1170)*, *Ivain (1181)*, *Lancelot (1177)* e *Perceval (1181)*. Seguindo o propósito deste trabalho, voltaremos nossa atenção ao romance *Lancelot* por melhor representar o modelo de cavaleiro anterior ao surgimento do modelo de bom cristão que constitui nosso foco de análise. Essa obra apresenta os elementos apontados por Lopes (2011) como características típicas do enredo dos romances: a aventura e o amor cortês pela dama, nesse caso o amor adúltero entre Lancelot e Guinevere.

Em *O Cavaleiro da Charrete*, nome que aparece no título do romance, Lancelot passa por provações e realiza proezas em seu intuito de libertar a rainha Guinevere, a esposa do rei Artur, que havia sido capturada por Meleagant, o filho de outro rei. Lancelot consegue, enfim resgatá-la e eles passam a noite juntos, mas seu amor nunca é descoberto e a acusação de adultério recai sobre outro personagem. Aliás, esse era um amor cuja total devoção precisava ser constantemente provada por ações como a de subir na charrete da infâmia, reservada aos criminosos, um ato que significava uma humilhação para Lancelot. De acordo com Jean Flori (2005), Chrétien de Troyes cria através da figura de Lancelot o modelo do cavaleiro perfeito, um corajoso combatente e um amante fiel e cortês. A nosso ver tal perspectiva depende de

¹⁰ Conjunto de obras que giram em torno da figura mítica do rei Artur e sua corte, sobretudo os famosos cavaleiros a seu serviço.

que aspectos são valorizados na definição do que é perfeito. Para esse modelo específico a bravura e o amor devotado pela dama são elementos representativos do que seria um bom cavaleiro, no entanto, por se tratar de um amor adúltero se afasta dos ideais do modelo cavaleiresco cristão presente tanto em *A Demanda do Santo Graal*¹¹ quanto em *O Livro da Ordem de Cavalaria*.

A Demanda do Santo Graal, obra de autoria anônima escrita na França no século XIII, narra o aparecimento e sucessivo desaparecimento na corte do rei Artur, do Santo Graal, um vaso sagrado que serve como alimento material e espiritual e como elemento de articulação com o divino, por supostamente ser o cálice utilizado na Última Ceia e conter o sangue de Cristo crucificado. De acordo com a narrativa, sua retirada da corte se deveu ao fato de o objeto sagrado não dever ficar diante de pecadores tais como o rei e a maioria dos seus cavaleiros, só podendo ser encontrado por um cavaleiro puro e sem pecado, Galaaz. Com a chegada do filho de Lancelot à corte do rei a demanda é então iniciada pela partida do guerreiro eleito na sua jornada em busca do santo objeto.

Neila Matias de Souza (2011), em sua dissertação de mestrado intitulada *Modelando a cavalaria: uma análise da Demanda do Santo Graal*, reflete acerca de algo que já abordamos no tópico anterior, referente aos esforços da Igreja em inculcar na cavalaria uma moral religiosa composta de valores e preceitos cristãos, de modo a “civilizá-la”, ou melhor, “sacralizá-la” limitando a violência que ela praticava contra outros cristãos. Esses esforços teriam enfim se refletido na literatura, a exemplo da *DSG*, obra na qual aparecem exemplos modelares do que seriam “bons” e “maus” cavaleiros, ambos envolvidos na busca pelo vaso sagrado. De acordo com a autora “esses últimos sucumbem principalmente aos pecados da carne, enquanto os primeiros conseguem resistir às tentações e mantêm-se fiéis ao seu propósito espiritual de encontrar o santo vaso” (SOUZA, 2011, p. 69). Os “maus” cavaleiros (*Miles Diabolicus*) eram um exemplo a ser evitado, e os “bons” cavaleiros (*Miles Sanctus*), um exemplo a ser seguido por aliar os ideais cristãos com os valores cavaleirescos. Não é difícil identificar, pois, em que grupo Galaaz se enquadra.

A representação de Galaaz como guerreiro imaculado e eleito por Deus constitui, de acordo com Adriana Zierer (2015), a personificação do modelo literário do cavaleiro cristão que teria despontado com a prosificação da chamada Matéria da Bretanha, isto é, das narrativas em torno do rei Artur e seus cavaleiros. A historiadora analisa os dois modelos de cavaleiro abordados até aqui, o cavaleiro cristão e o cavaleiro cortês, representados

¹¹ Considerando a quantidade de vezes que essa obra será citada neste subtópico, passaremos a utilizar em alguns momentos a abreviatura *DSG* para nos referirmos a ela.

respectivamente por Galaaz e seu pai Lancelot. No romance em verso de Chrétien de Troyes, Lancelot é representado como um cavaleiro totalmente dedicado a Guinevere, e capaz de fazer qualquer coisa por ela, mesmo ações que para ele fossem humilhantes. Com isso percebemos que diferentemente do modelo de cavaleiro cristão, o cortês presta máxima devoção não a Deus, mas a sua dama.

Outra diferença básica entre esses modelos, segundo a autora, reside no fato de que o cavaleiro cortês deve continuamente se lançar em aventuras e realizar proezas que demonstrem seu valor e o merecimento do amor de sua dama e, nesse sentido, Lancelot exemplifica bem o modelo pela forma como ele se submete às vontades de Guinevere, não importando quais sejam. Já o cavaleiro cristão é bem exemplificado pela figura de Galaaz, que não busca aventuras apenas pela promessa de glória e não se desvia de seu destino determinado por Deus de encontrar o Santo Graal. Seus objetivos também não se afastam da esfera religiosa, pois ele deve respeitar a Igreja e os preceitos cristãos, lutar pela expansão da fé católica e se manter casto, nutrindo virtudes e se afastando dos vícios e pecados. Esses ideais, aliás, também fazem parte do modelo de comportamento que Ramon Llull prescreve em *O Livro da Ordem de Cavalaria* e demonstram a aproximação entre essa obra e os romances de cavalaria.

Em *O modelo pedagógico de cavaleiro segundo Ramon Llull* (2017), Zierer argumenta que o *LOC*, que pode ser definido como um manual de conduta para o bom guerreiro cristão, também pode ser enquadrado como fonte literária que sofreu influência dos romances de cavalaria e dos ideais cristãos que a Igreja tentava incutir nos cavaleiros desde o século XI com o objetivo de “civilizá-los”. Nessa obra, Llull prescreve para o cavaleiro ideal, comportamentos pautados em virtudes e preceitos definidos por uma moral religiosa e demarca o oposto desses comportamentos como algo nocivo para a cavalaria. Desse modo, podemos afirmar que a representação do cavaleiro veiculada por esse manual pedagógico dialoga com o modelo literário apresentado em *A Demanda do Santo Graal* e personificado por Galaaz, o cavaleiro casto e sem pecados que passa grande parte de seu tempo em oração, jejum e penitência.

Ricardo da Costa (2009) em *A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria (1275), de Ramon Llull*, texto no qual ele analisa o tema das virtudes e vícios presente nessa narrativa, resume os objetivos que o filósofo pretendia alcançar com o *LOC* da seguinte forma:

Com sua obra, Llull pretendia iluminar com valores morais e éticos os novos pretendentes à cavalaria, registrando por escrito os códigos cavaleirescos, a

sacralização do rito de passagem (adoubament), a simbologia das armas do cavaleiro e principalmente as virtudes que o cavaleiro deveria conhecer e os vícios que deveria evitar para honrar a ordem de cavalaria e se tornar um cavaleiro de — bons costumes e bons ensinamentos. (COSTA, 2009, p. 48)

Podemos concluir a partir disso, que esses valores morais e éticos com os quais Llull pretendia revestir os aspirantes a cavaleiro eram determinados pela Igreja, sendo, portanto, uma moral e ética religiosas, que a partir do ritual da sagração devem conduzir o novo cavaleiro ao caminho da retidão, cultivando as virtudes cristãs e se afastando dos vícios. Diante dessa constatação, para evidenciar a presença desses traços que compõem o modelo de cavaleiro cristão ou “bom cristão” na narrativa luliana, analisemos agora alguns trechos da fonte.

Todo cavaleiro deve conhecer as sete virtudes que são raiz e princípio de todos os bons costumes e são vias e carreiras da celestial glória perdurável. Das quais sete virtudes são as três teologais e as quatro cardeais. As teologais são fé, esperança, caridade. As cardeais são justiça, prudência, fortaleza, temperança (LLULL, *LOC*, VI, p. 89)

Nesta estrofe Llull demarca algumas das virtudes cristãs a serem alimentadas pelos cavaleiros, as quais ele categoriza em virtudes teologais e cardeais. De acordo com Ricardo da Costa a ética luliana se constitui através de contrários, da oposição entre concordância e contrariedade, do que convém e não convém à cavalaria. Então a presença de virtudes a serem conhecidas e interiorizadas pelos cavaleiros pressupunha a existência de vícios a serem evitados, nesse caso os sete pecados capitais: a luxúria, a ira, a avareza, a inveja, a acídia (preguiça), a gluttonia (gula) e a soberba (orgulho). Portanto, se tornar um modelo de bom cristão implica o cultivo de virtudes por parte dos cavaleiros, cujos atos devem ser guiados por preceitos cristãos e não pelo desejo de glória ou para agradar a mulher amada como ocorre no modelo cortês. No entanto, esse código de comportamento do modelo cristão não concerne apenas à conduta que os cavaleiros devem adotar em relação a si mesmos, mas também ao conjunto da sociedade, pois:

Ofício de cavaleiro é manter viúvas, órfãos, homens, despossuídos; porque assim como é costume e razão que os maiores ajudem a defender os menores, e os menores achem refúgio nos maiores, assim, é costume da Ordem de Cavalaria que, por ser grande e honrada e poderosa, vá em socorro e ajuda daqueles que lhe estão por debaixo em honra e em força. Ora, se forçar viúvas que têm mister de ajuda, e deserdar órfãos que têm mister de protetor, e roubar e destruir os homens mesquinhos e despossuídos a quem se deve socorrer, concorda com a Ordem de Cavalaria, então maldade, engano, crueldade e falta convém com a Ordem e a nobreza e a honra. E se isto é assim, então cavaleiro e sua Ordem são contrários ao princípio da Ordem de Cavalaria. (LLULL, *LOC*, II, p. 37)

Podemos interpretar essa estrofe como uma crítica que Llull faz à violência praticada por cavaleiros nas guerras privadas, por exemplo, em que as principais vítimas eram geralmente os camponeses homens, mulheres e crianças que se viam envolvidos nas guerras indiretas entre senhores. Em vista disso, podemos também aludir esse discurso à já mencionada tentativa da Igreja em controlar ou reduzir a violência entre os cristãos nobres, quando possível direcionando-a para os não cristãos. Além disso, como estratégia argumentativa visando enfatizar os comportamentos ideais para o bom cristão cavaleiro, Llull opõe as ações adequadas ao seu contrário tornando absurdo para o leitor considerar uma atitude diferente da recomendada pelo filósofo. Mas e o cavaleiro cortês, ele desaparece da literatura? Há algum ponto de contato entre esse modelo e a nossa fonte de estudo? Vejamos o que esta citação nos diz

Ao cavaleiro lhe convém que seja amador do bem comum, porque para a comunidade das gentes foi eleita Cavalaria, e bem comum é maior e mais necessário que o bem especial. E ao cavaleiro lhe convém belamente falar e belamente vestir e haver belo arnés ter grande albergue, porque todas estas coisas são necessárias para honrar Cavalaria. Instrução e Cavalaria se convém, porque vilania e ligeiras palavras são contra a Cavalaria. Privação de bons homens, lealdade, verdade, ardor, verdadeira largueza, honestidade, humildade, piedade e as outras coisas semelhantes a estas pertencem ao cavaleiro, porque assim como homem deve reconhecer em Deus toda nobreza, assim ao cavaleiro deve-se atribuir tudo aquilo pelo qual a Cavalaria recebe honra por parte daqueles que estão em sua Ordem.” (LLULL, *LOC*, VI, p. 107)

Vemos ao menos nessa estrofe a coexistência de elementos dos dois modelos literários, de tal modo que quase não dá para distinguir entre um e outro, mas talvez isso se deva simplesmente ao fato de não haver essa distinção. A emergência de um novo modelo literário de cavaleiro, que implica a incorporação de uma moral, virtudes e ética cristãs, não os retira da posição que ocupavam como sujeitos nobres, muitos deles frequentadores de cortes, que segundo Bernard Guenée requeria comportamentos e um estilo de vida específico, simbolizado por algumas das características citadas neste trecho da fonte. Acrescidos a essas características, há no trecho a evocação dos valores que tanto nos romances de cavalaria quanto em *O Livro da Ordem de Cavalaria* fazem um bom cavaleiro.

Além disso, outro traço comum compartilhado por essas obras é apontado por Carolina Silva, Cláudia Bovo e Flávia Amaral (2013) ao afirmarem em relação aos romances de cavalaria que “por serem dirigidos a um grupo social determinado, esses textos possuíam um caráter didático, estando repletos de situações exemplares que visavam o aprofundamento ético-moral das cortes feudais” (SILVA; BOVO; AMARAL, 2013, p. 416). Por conseguinte,

essa função pedagógica é um dos pontos de contato entre a literatura cortês e o *LOC*, uma vez que a obra de Llull também possui forte caráter doutrinário, pois deveria servir como guia através do fornecimento de um código de conduta que une valores cristãos com as práticas guerreiras próprias da cavalaria. Além do mais, vemos a demarcação dos sujeitos representados por essa literatura, que além de cavaleiros eram também membros da nobreza, uma vez que no século XIII, como ressaltado anteriormente, estas duas categorias já quase se confundiam.

No que tange mais uma vez à coincidência do modelo de cavaleiro “bom cristão” em *LOC* e em *DSG*, Zierer (2009) no artigo *O cavaleiro cristão n’A Demanda do Santo Graal e n’O Livro da Ordem de Cavalaria*, argumenta que Galaaz, o principal personagem da *Demanda*, é o cavaleiro que melhor representa no plano literário os ideais que Llull associa ao bom cavaleiro prescrito em sua obra: um defensor da Igreja, da fé cristã e dos indefesos e um sujeito casto e possuidor das virtudes cardeais e teológicas que procurava se afastar dos vícios. Contudo, como é de se supor, este era um modelo muito difícil de ser adotado na prática e o que prevalecia entre os cavaleiros eram as condutas que ele criticava, afinal, este modelo se inscrevia no âmbito de esforços eclesiásticos em prol da moralização desses guerreiros através da uma ética cristã que encontrou nestas narrativas um veículo privilegiado e se havia tentativas nesse sentido provavelmente era porque o ideal estava longe de ser alcançado.

Esta análise não estará completa sem que façamos algumas considerações acerca dos modelos literários cavaleirescos enquanto discursos que se relacionam e dialogam. Para isso nos fundamentaremos na Análise do Discurso, sob a ótica de Eni Orlandi (2005) em seu livro *Análise de Discurso: procedimentos e métodos*. Portanto, é importante considerarmos o período em que essas obras foram produzidas, uma vez que se inscrevem em um momento em que a Igreja Católica tentava exortar os cavaleiros a abraçarem um ideal cristão que se refletisse em uma conduta menos desregrada e violenta. Essas tentativas exemplificadas na prática pelos concílios da Paz e Trégua de Deus entre os séculos X e XI, teriam se refletido na literatura produzida nos dois séculos posteriores.

Como vimos, a prosificação da literatura cortês foi acompanhada pelo aparecimento de um modelo cavaleiresco que refletia os ideais cristãos que a Igreja tentava incutir nesses guerreiros, um modelo evidente tanto em *A Demanda do Santo Graal* quanto em *O Livro da Ordem de Cavalaria*. Com base nisso, podemos concluir que através da linguagem empregada nessas obras literárias se pretendia produzir sentidos que gerassem identificação nos cavaleiros, funcionando assim como instrumento pedagógico que carregava uma determinada ideologia que se pretendia introjetar nesses guerreiros nobres. Essa ideologia designava um

lugar e uma função ao cavaleiro na sociedade cristã ocidental. Ser um exemplo de guerreiro cristão não é a única recomendação que Lull faz aos cavaleiros em sua obra, ele apresenta também os requisitos para se ingressar na ordem, dentre os quais o principal é possuir linhagem, ou seja, pertencer à nobreza, e também apresenta a função desses guerreiros na manutenção do ordenamento social. São estes dois elementos, respectivamente, que abordaremos nos próximos dois capítulos deste trabalho.

Antes disso, no entanto, abordaremos uma obra que não pertence ao gênero dos romances de cavalaria e nem mesmo é um texto dedicado integralmente a esse tema, mas que, por outro lado, compartilha com *LOC* o mesmo recorte espacial e temporal de produção, a Península Ibérica do século XIII. Veremos como as duas obras, as *Siete Partidas* e *O Livro da Ordem de Cavalaria*, se distinguem em aspectos fundamentais na abordagem que fazem da figura do cavaleiro, sobretudo no que diz respeito à importância que atribuem ao fator religioso, e se aproximam em outro ponto também importante associado aos objetivos deste trabalho – a associação que fazem entre cavalaria e nobreza.

2.3 A cavalaria ibérica medieval: a obra *Siete Partidas* e o modelo régio de cavaleiro

A Península Ibérica também foi espaço de produção de romances de cavalaria ou *libros de caballería*, como a obra *Amadis de Gaula*¹², pertencente ao ciclo arturiano, e um texto original cujo sucesso e difusão ultrapassa as fronteiras da Península Ibérica. Contudo, não é à literatura cavaleiresca que voltaremos nosso olhar nos próximos parágrafos, mas a uma obra jurídica cujo curto espaço que dedica à explicitação das leis referentes à dignidade cavaleiresca se mostrou importante para a análise que se pretende fazer aqui.

Alfonso X, o Sábio¹³, rei de Leão e Castela entre os anos de 1252 e 1284, buscou, durante o seu reinado, unificar juridicamente o reino por meio da criação de uma legislação única que atendesse a todo o território. A esse respeito, Olga Pisnitchenko (2016), em sua tese de doutorado intitulada *A cavalaria no discurso político castelhano-leonês no final do século*

¹² A primeira edição conhecida dessa obra data de 1508 e é atribuída ao castelhano Garcí Rodríguez de Montalvo, que elabora uma versão corrigida e acrescentada dos textos originais, os quais se especula que tenham sido produzidos em meados do século XIV, ou antes.

¹³ Alfonso X (1252-1284), notabilizou-se por acolher em sua corte eruditos de diversas origens, por ter sido autor de obras poéticas e de traduções de diversas obras do árabe para o castelhano, com temas tão distintos quanto astronomia e xadrez, mas o que de fato se destaca em seu reinado são as obras legislativas produzidas visando a unificação jurídica do reino, até então sujeito a uma multiplicidade de códigos e *fueros* particulares. As quatro obras legislativas afonsinas são o *Setenario*, o *Fuero Real*, o *Espéculo* e as *Siete Partidas*, sua obra-prima nesta área. (SILVA, 2004, p. 112)

XIII início do século XIV. Entre vínculo social e forma de vida virtuosa, ressalta que a obra jurídica afonsina não foi a única tentativa deste tipo, apenas um dentre outros esforços de codificação realizados na Europa ocidental neste período. Contudo, segundo a autora “Alfonso inova ao resolver levar a cabo uma obra jurídica própria, que satisfaria os seus intentos de uniformização jurídica e renovação do direito no seu reino, sob o controle monárquico” (PISNITCHENKO, 2016, p. 103). Esse esforço deu origem à elaboração das principais obras jurídicas do reinado de Alfonso X, o *Fuero Real*, o *Espéculo* e as *Siete Partidas*, sua obra mais ampla, cujo Título XXI da Segunda Partida é composto por vinte e cinco leis referentes à dignidade cavaleiresca. A partir das reflexões de autores que analisaram esse título, buscaremos verificar a imagem que o discurso régio compõe sobre a cavalaria.

Siete Partidas, produzida aproximadamente entre os anos de 1256-1265, é a primeira obra a conferir reconhecimento jurídico à cavalaria no reino de Leão e Castela, a dar-lhe um estatuto legal. Antes disso, segundo Jesús Rodríguez Velasco (1993) em seu artigo *De oficio a estado. La caballería entre el Espéculo y las Siete Partidas*, até por volta de 1250, a cavalaria estava dividida em um grande número de especialidades: haviam os cavaleiros pagos pelas vilas e *conselhos*, os que compunham o séquito de um senhor como seus naturais ou vassalos, os que faziam parte do séquito do rei, sua guarda pessoal (os *mesnaderos régios*) e os homens ricos detentores de grandes domínios que lhes conferiam certo prestígio e dignidade na sociedade. Guerreiros de diferentes procedências, a maioria dos quais camponeses, que raramente ostentavam uma dignidade fora do exército. Como ressalta o autor “no todos los caballeros pertenecían a la nobleza. La mayor parte de ellos, los caballeros villanos y los consejiles, ni siquiera tenían derecho a lucir una enseña” (RODRIGUEZ-VELASCO, 1993, p. 53).

Assim, como podemos ver, ser cavaleiro não necessariamente significava pertencer à nobreza, designando na verdade apenas um ofício militar que podia ser exercido por pessoas procedentes de diversos estatutos sociais. “Porém, no final do século XIII, as *Siete Partidas* do Alfonso Sábio apresentam um quadro social onde a cavalaria deixa de ser considerada como um ofício ou simples profissão de guerreiro, convertendo-se em um dos três estados em que se divide a ordem social” (PISNITCHENKO, 2016, p. 158). O Título XXI da Segunda Partida, intitulado *De los caualleros e de las cosas que les conuiene fazer*, confere definição e reconhecimento jurídico à cavalaria no reino de Castela inserindo-a no estado dos defensores, do qual faziam parte os diversos estratos da nobreza.

Esse procedimento naturalmente não é neutro, e, segundo Rodríguez-Velasco (1993), fazia parte de estratégias políticas orientadas à adoção de um sistema de valores que

tendessem a suavizar o clima de oposição vivido por Alfonso X, sobretudo por parte da nobreza. Para o autor, a assunção da ideologia das três ordens no reino de Castela tinha como vantagem unir a monarquia e a nobreza em um mesmo estado, ou seja, reis e nobres (grandes ou não) fariam parte da ordem dos defensores ou *bellatores* na qual estariam unidos através do estatuto de cavaleiro.

Isso demonstra como a ideologia das três ordens, à qual nos referimos no início deste capítulo, era conhecida na Península Ibérica no século XIII. Aliás, como pudemos perceber no parágrafo anterior, a manifestação do modelo tripartite de sociedade dentro do discurso político castelhano-leonês, servia a determinados propósitos de Alfonso X em relação à nobreza do reino.

De acordo com Pisnitchenko (2016), na ordem social fixa e hierárquica apresentada na obra jurídica, os defensores são identificados com a cavalaria, não mais caracterizando-a como um simples ofício, mas como uma dignidade destinada a indivíduos eleitos tomando-se como critério principal sua boa linhagem, os chamados *fijos dalgo*. Tal caracterização demonstra a estreita associação entre cavalaria e nobreza que o discurso régio tenta promover no reino de Leão e Castela. Aliás, esse mesmo discurso que elege a linhagem como critério fundamental para se pertencer à cavalaria pode ser encontrado em *O Livro da Ordem de Cavalaria*, no qual está presente a seguinte passagem:

Linhagem e Cavalaria se convêm e se concordam, porque linhagem não é mais que continuada honra anciã, e Cavalaria é Ordem e regra que se mantém desde o início dos tempos em que foi iniciada, que adentrou até os tempos em que estamos. Logo, porque linhagem e Cavalaria se convêm, se fazes cavaleiro homem que não seja de linhagem, tu, por isto que fazes, fazes serem contrários linhagem e Cavalaria; e por isso, aquele que fazes cavaleiro é contra linhagem e Cavalaria, e se é assim, e é cavaleiro, em que consiste a Cavalaria? (LLULL, *LOC*, III, p. 57)

Neste trecho, que antecipa a discussão que será realizada no próximo capítulo, vemos como a cavalaria é representada como uma entidade exclusiva e elitizada, cujos membros devem provir da nobreza. Como abordamos no início do capítulo, o processo de elevação da cavalaria à condição de dignidade ocorreu à medida que o ofício militar foi ganhando prestígio e sendo assumido por indivíduos que dispunham de recursos para se armar e se manter nessa função. Mas, como assinalam tanto Flori (2005) quanto Pisnitchenko (2016), essas categorias nunca foram sinônimas, pois não é a cavalaria que se enobrece, mas a nobreza que se integra à cavalaria. Apesar disso, a autora destaca que, ao elevar a boa linhagem como critério principal, o discurso régio castelhano-leonês estabelece a fidalguia como sinônimo de cavalaria, gerando a ideia de que todos os cavaleiros pertenciam à nobreza.

Georges Martin (2004), por outro lado, em seu artigo *Control régio de la violencia nobiliária. La Caballería segun Alfonso X de Castilla (comentario al título XXI de la Segunda Partida)*, afirma que ao assimilar os cavaleiros aos fidalgos, Alfonso X promove uma distorção da realidade pois, por exemplo, havia uma forte cavalaria municipal em Castela que, mesmo possuindo privilégios semelhantes aos da fidalguia, não eram considerados *ijos dalgo*. Para o autor, o Título XXI da Segunda Partida na verdade não trata dos cavaleiros, mas da nobreza em geral, com o objetivo de enquadrá-la em uma função (a dos defensores) e em um rito (o da investidura cavaleiresca). Segundo ele “la intención fundamental de Alfonso X no fue reservar a los nobles la investidura caballeresca. Esto iría, por lo demás, en contra de sus prácticas. Lo que intenta conseguir ele rey es que la nobleza se amolde al modelo éticosocial de la caballería” (MARTIN, 2004, p. 222).

Portanto, o objetivo de Alfonso X era impor à nobreza um modelo social, ético e político submetido ao poder real. Para isso, segundo Pisnitchenko (2016), o discurso régio insere a cavalaria em um complexo sistema de vínculos sociais tanto horizontais quanto verticais e hierárquicos (com a terra, com o senhor natural, com quem o investiu como cavaleiro), gerado a partir do rito de investidura e em cujo topo está o rei, o senhor natural supremo. Neste sistema a nobreza está solidariamente unida pelo vínculo cavaleiresco colocado como natural. Logo, a dignidade cavaleiresca, definida no Título XXI da Segunda Partida, deve receber privilégios e ser honrada por englobar todos os estratos da nobreza (inclusive o rei e os grandes senhores), mas também está sujeita a restrições e a deveres relacionadas ao monarca e ao reino. Afinal, segundo Rodríguez-Velasco, o estado dos defensores compõe o quadro dirigente do qual o rei é a cabeça e os demais cavaleiros são uma prolongação do seu corpo, um só corpo no qual Alfonso pretende conter as divergências e contraposições ao seu reinado, uma vez que seus adversários fazem parte do mesmo estado que ele na ordem social do reino.

Nesse sentido, os defensores compõem o quadro dirigente da sociedade castelhana-leonesa de acordo com a obra jurídica afonsina, o que é quase o mesmo que dizer que os cavaleiros representam uma das principais instâncias de poder do reino. Todavia, não é apenas em Castela que vemos essa imagem do corpo dos defensores formado pelo rei e pelas demais esferas da nobreza, pois o filósofo maiorquino nos apresenta um quadro semelhante em relação à quem deveria ser reservada a dignidade cavaleiresca.

Tanto é nobre coisa o ofício de cavaleiro que cada cavaleiro deveria ser senhor e regedor de terra; mas, para os cavaleiros que são muitos, não bastam as terras. E, para significar que um só Deus é senhor de todas as

coisas, o imperador deve ser cavaleiro e senhor de todos os cavaleiros; mas, porque o imperador não poderia por si mesmo manter e reger todos os cavaleiros, convém que tenha abaixo de si reis que sejam cavaleiros, para que o ajudem a manter a Ordem de Cavalaria. E os reis devem haver abaixo de si condes, condores, varvesores, e assim os outros graus de Cavalaria; e debaixo destes graus devem estar os cavaleiros de um escudo, os quais sejam governados e possuídos pelos graus de Cavalaria acima ditos. (LLULL, *LOC*, II, p. 25)

O excerto acima, a exemplo do anterior, apresenta a cavalaria como uma ordem única e hierarquizada, cujos membros deveriam provir dos diversos estratos da nobreza. Em outras palavras, nesta citação cavalaria e nobreza se fundem ou deveriam se fundir segundo a recomendação do autor. Assim, vemos que mesmo que todas essas categorias da nobreza fossem constituídas por cavaleiros, se manteria a subordinação e deferência das menores para as maiores esferas da nobreza, com o imperador no topo, seguido pelo rei. Essa associação entre cavalaria e classe dirigente presente nas duas fontes aqui analisadas demarca a dimensão política assumida por essa função, sobre a qual nos debruçaremos no próximo capítulo de forma mais aprofundada em relação a nossa fonte de estudo.

Apesar desse ponto em comum, o modelo régio afonsino e o modelo luliano de cavaleiro possuem uma diferença marcante entre si, concernente à importância que atribuem ao elemento religioso na abordagem que fazem desses guerreiros em suas respectivas obras, pois enquanto Llull elabora seu modelo a partir de preceitos religiosos, na obra de Alfonso X a cavalaria aparece como uma entidade política submetida ao poder régio através de vínculos de dependência. Uma das principais diferenças nesse sentido, como veremos, está no modo como as duas obras caracterizam o ritual de investidura.

Pisnitchenko (2017), em seu artigo intitulado *Modelo cavaleiresco de Dom Juan Manuel e cavalaria castelhana-leonesa na passagem do século XIII para XIV*, analisa as obras desse outro autor castelhana escritas no século XIV acerca da cavalaria, discutindo a influência que esses escritos sofreram das duas fontes que aqui analisamos. Nesse artigo a autora compara as obras afonsina e luliana, que, segundo ela, diferem bastante uma da outra principalmente no sentido espiritual.

As *Siete Partidas*, de acordo com a autora, faz questão de afastar a cavalaria do clero mostrando, através de suas leis, que a ordem dos *bellatores* e a dos *oratores* não possuem ligação entre si, pois os vínculos horizontais e verticais criados no ritual de investidura, detém na verdade um significado muito mais político e institucional pela relação hierárquica que geram entre investidor e investido, uma hierarquia em cujo topo se encontra o monarca.

Enquanto *LOC* apresenta como função principal do cavaleiro a defesa da Igreja e da cristandade, a obra *Siete Partidas* elege a defesa da terra como seu dever mais importante. Aliás, segundo Rodriguez-Velasco, no discurso régio o cavaleiro é encarregado de defender a Igreja, o rei e os demais segmentos da sociedade sem dar primazia à instituição eclesiástica, como sugere o modelo luliano.

Outra diferença entre a abordagem que as duas obras fazem da cavalaria diz respeito, como afirmamos antes, à descrição que apresentam do ritual de investidura. No Título XXI, as leis que se referem a esse cerimonial o revestem de um significado jurídico e político, como já mencionado, pelos vínculos horizontais e verticais que engendra com os demais participantes do rito, com o senhor natural, com o rei e o que se estabelece entre investidor e investido. A esse respeito, Georges Martin, afirma que a lei XI do Título XXI estabelece a independência da ordem de cavalaria em relação à ordem de clerezia, reservando somente aos cavaleiros o direito de investir novos membros, estando esse direito legalmente vedado aos clérigos.

No entanto, há na fonte a menção a uma vigília na qual o pretendente a cavaleiro deve pedir perdão a Deus por seus pecados, que, de acordo com Martin, é o momento da solenidade em que se afirma a dimensão espiritual mais que eclesial da investidura. Mas, mesmo neste momento, é a esfera do político, dominada pelo rei, que em última instância desfruta da finalidade do rito, pois “por todos los lados, el vinculo de la investidura caballeresca pretende sujetar al *fijo dalgo* y trabar su violência potencial (MARTIN, 2004, p. 232). O cerimonial de adubamento deveria então ser a ocasião para apaziguar e solidarizar a nobreza pelos laços de dependência que estabelece e pelo modelo ético-social que fornece aos nobres que a ela se integram. Esse ritual envolto em dimensões políticas difere do descrito por Ramon Llull em *O Livro da Ordem de Cavalaria*, no qual ele se reveste de um caráter claramente religioso.

No início do capítulo destacamos que a influência do clero sobre os cavaleiros, também se dava através da própria sacração desses guerreiros pelo ritual de adubamento que, no século XI, segundo Dominique Barthelemy (2010), se cobre de um caráter sagrado pela incorporação de um cerimonial cristão. O ritual descrito por Llull em *LOC* se reveste de uma aura sacramental, expressa nas diversas etapas em que ele se divide: a confissão dos pecados, a vigília na noite antes do dia da sacração, a missa realizada por um presbítero e o sermão a ser pronunciado durante a cerimônia, que compõem a parte religiosa do rito cavaleiresco. Além dessa descrição da cerimônia de sacração, o filósofo deixa claro em outra passagem a aproximação que deve haver entre o ofício guerreiro e o mundo eclesiástico:

Muitos são os ofícios que Deus tem dado neste mundo para ser servido pelos homens; mas todos os mais nobres, os mais honrados, os mais próximos dos

ofícios que existem neste mundo são ofício de clérigo e ofício de cavaleiro; e por isso a maior amizade que deveria existir neste mundo deveria ser entre clérigo e cavaleiro. Onde, assim como o clérigo não segue a Ordem de clerezia quando é contra a Ordem de Cavalaria, assim, cavaleiro não mantém Ordem de Cavalaria quando é contrário e desobediente aos clérigos, que são obrigados a amar e a manter a Ordem de Cavalaria. (LLULL, *LOC*, II, p. 25)

Esse trecho demonstra que na visão de Llull ser cavaleiro implica servir e obedecer à Igreja católica e aos seus sacerdotes, afinal segundo o autor a principal função desses guerreiros é manter e defender a fé católica contra os ditos inimigos da cristandade, os não cristãos. Portanto, a representação que Llull elabora de um cavaleiro espiritual expressa, em certa medida, o êxito da Igreja em incutir no imaginário popular um determinado ideal cavaleiresco revestido de uma ética e moral religiosas, o qual vemos refletido nos modelos construídos por romances de cavalaria como *A Demanda do Santo Graal* e no *Livro da Ordem de Cavalaria*.

Não era nosso objetivo neste tópico fazer uma análise aprofundada da obra *Siete Partidas*, mas evidenciar a partir da comparação entre ela e o *LOC*, como Llull constrói um modelo de cavaleiro a partir de preceitos religiosos que moldam o ideal de comportamento elaborado pelo filósofo, ao passo em que no modelo régio o papel da religião é mínimo. Em contrapartida, as duas fontes ibéricas realizam a associação entre cavalaria e nobreza, integrando a nobreza à entidade guerreira como representante do estado dos defensores ou *bellatores*, um dos três estados que, de acordo com a ideologia das três ordens, regem o ordenamento social. A fusão entre a cavalaria e a classe dirigente realizada por esses discursos, expressa as implicações políticas da representação que Llull compõe desses guerreiros nobres na nossa fonte de estudo. Tendo em vista que investigar essas implicações constitui o objetivo principal deste trabalho, realizamos no próximo capítulo uma análise mais aprofundada da fonte para verificar a posição social em que ela situa os cavaleiros em meio às instâncias de poder da sociedade medieval ocidental do século XIII e as funções que atribui a eles enquanto modelos de cavaleiro cristão.

3 “LINHAGEM E CAVALARIA SE CONVÉM E SE CONCORDAM”: MARCAS DE DISTINÇÃO SOCIAL E FUNÇÕES DO CAVALEIRO EM *O LIVRO DA ORDEM DE CAVALARIA*

No primeiro capítulo, realizamos uma discussão de caráter mais amplo em torno das relações que se estabeleciam entre a Igreja católica e a nobreza como duas das principais instâncias de poder da Europa ocidental no século XIII, e acerca da posição ocupada pelos cavaleiros em meio a essas categorias sociais, tendo em vista a influência ideológica da instituição religiosa sobre a cavalaria e a crescente integração dos homens nobres ao estatuto de cavaleiro, tornando essa posição quase exclusiva da nobreza. Este capítulo, por sua vez, aborda essas relações de forma mais focalizada, procurando identificá-las dentro da nossa fonte de estudo. Neste capítulo, mais do que no primeiro, se faz uma análise mais aprofundada de *O Livro da Ordem de Cavalaria*, por meio de trechos selecionados que apontem as marcas de distinção social entre clérigos, nobres e cavaleiros, com ênfase à posição deste último em meio a essas categorias de poder, e as funções que o filósofo lhes atribui como defensores da cristandade e mantenedores do ordenamento social tributário da ideologia das três ordens.

O exame destes elementos, por meio do método da Análise de Discurso sob a ótica de Eni Orlandi (2005), torna possível evidenciar as implicações políticas resultantes da representação que Llull constrói da cavalaria como instituição intimamente ligada às classes dirigentes no recorte espaciotemporal analisado, possibilitando, assim, a concretização do principal objetivo deste trabalho. Contudo, para que possamos efetuar esse trabalho de análise, não podemos deixar de abordar brevemente os principais aspectos da vida e obra de Ramon Llull, que compõem as condições de produção que influenciaram na composição de sua extensa obra, da qual faz parte o livro que aqui examinamos.

3.1 A Arte inspirada: um breve percurso pela vida e obra de Ramon Llull

Para conhecermos alguns dos principais aspectos da vida e do pensamento de Ramon Llull, não podemos deixar de abordar brevemente a sua autobiografia. Ditada por Llull já ao fim de sua vida aos monges de Vauvert¹⁴ em 1311, a obra *Vita coetania* ou *Vida Coetânia* é, segundo Ricardo da Costa (1997) em seu artigo *Ramon Llull (1232-1316) e o modelo*

¹⁴ Vauvert era um dos três depósitos de livros criados por Llull durante sua vida para que sua obra pudesse ser transmitida às futuras gerações. Os outros dois depósitos localizavam-se em Gênova e em Palma de Maiorca, sua cidade natal. (COSTA, 1997, p. 231)

cavaleiresco ibérico: o Libro del Orden de Caballería, a base autobiográfica utilizada pelos historiadores para precisar a vida do filósofo. Aliás, a versão que aqui utilizaremos desta obra é uma tradução para o português feita pelo próprio Ricardo da Costa a partir de uma versão catalã.

Tendo em vista a importância dessa obra biográfica, procuraremos examinar através da descrição que ela faz de alguns dos principais fatos da vida do maiorquino – conversão ao cristianismo, objetivo de converter os “infieis”, produção e difusão de sua *Arte* – o meio social em que Llull estava inserido, a posição que ele ocupava na sociedade, as relações sociais por ele estabelecidas, seus valores, e outros elementos que fazem parte do contexto imediato no qual ele viveu. Depois desse procedimento inicial é que faremos uma análise mais ampla das circunstâncias sócio-históricas e ideológicas que conformaram a produção do discurso presente na obra que aqui analisamos. Mas, primeiro, vejamos como Llull narrou sua vida, incluindo algumas informações que já mencionamos ao longo do trabalho.

Ramon Llull nasceu entre os anos de 1232 e 1235 na cidade de Maiorca que, naquele período, era habitada principalmente por cristãos, muçulmanos e judeus, pois ele nasceu pouco depois da Ilha de Maiorca (localizada no Mediterrâneo) ter sido tomada aos muçulmanos em 1229, pelo rei Jaime I (1213-1276) de Aragão durante o processo de expansão deste reino. Segundo Ricardo da Costa (2001), em seu artigo intitulado *Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull (1250-1300)*, com a expansão deste reino para o sul uma grande massa de população judia e muçulmana foi absorvida pela coroa de Aragão, chegando a constituir supostamente um quarto da população do reino, além da presença de grupos de imigrantes de várias regiões da Europa. Para o autor, a coexistência com uma população tão mista teria imprimido um tom universalista à obra de Llull. Além disso, a convivência com tantos não cristãos pode ter, a nosso ver, influenciado a decisão do maiorquino de converter ao cristianismo os chamados “infieis”, somado ao fato de ele ter vivido em um período em que o ideal de cruzada¹⁵ permanecia vivo nos esforços finais de “Reconquista” da Península Ibérica.

Em *Ideal de cruzada y la misión*, Luis Duarte (1994) afirma que por sua localização geográfica, Aragão (com seus estados dependentes da Catalunha e Maiorca), era o condutor natural para Castela e para o restante da Península Ibérica das ideias que surgiam no centro da

¹⁵ Grande ideal do medievo europeu ocidental no século XII, que foi capaz de mover grandes massas de população para vingar a afronta inferida à cristandade pela ocupação muçulmana dos “lugares santos”, sobretudo Jerusalém. Em torno dessa aspiração, apoiada e sustentada pela Igreja Católica, teria se conformado o conceito de cruzada como “guerra santa” movida contra os “infieis”, com propósitos de natureza política, econômica e sobretudo religiosa. (DUARTE, 1994, pp. 437-438)

Europa e que, desse modo, é muito provável que o ideal de cruzada tenha penetrado na região através deste reino. Ademais, segundo o autor, Aragão dirigiu uma série de expedições militares de caráter cruzadístico para o norte da África muçulmana. Porém, este é um assunto a ser tratado com mais profundidade em outro ponto deste trabalho.

Segundo o documento biográfico, o pai de Llull, nobre, participou da conquista de Maiorca e como recompensa recebeu propriedades na ilha que lhe possibilitaram ascender ainda mais socialmente. Assim, de acordo com Ricardo da Costa (1997), foi proporcionada a Llull a oportunidade de passar sua infância e juventude na corte real e ter sua educação voltada para a carreira das armas, tornando-se cavaleiro e depois também administrador da casa real do futuro rei Jaime II de Maiorca, o que demonstra a posição de prestígio ocupada por ele em meio à nobreza aragonesa.

Ramon Llull casou-se e teve dois filhos, Domingos e Madalena, com uma mulher chamada Blanca Picany. Contudo, segundo Costa, Llull não possuía uma opinião favorável sobre este período da sua vida (caracterizado por ele como fútil e frívolo), pois, segundo consta em *Vida Coetânia*, ele era “afeito a arte de trovar e compor canções e ditados das loucuras deste mundo” (LLULL, *Vida Coetânea*, I, p. 6). Em decorrência disso, sua autobiografia não dedica muito espaço a esta parte de sua vida e está mais centrada na descrição de sua trajetória a partir de sua conversão. A esse respeito, a narrativa apresentada em *Vida Coetânia*, relata que ele

[...] estava uma noite diante de sua câmara sobre o arquibanco de seu leito, imaginando e pensando uma vã canção, e escrevendo aquela em (língua) vulgar para uma namorada, a qual naquele momento amava com um amor vil e feiticeiro, como, donde, tinha todo o seu entendimento aceso e ocupado em ditar aquela vã canção, mirando com insistência à parte direita viu Nosso Senhor Deus Jesus Cristo suspenso com os braços em cruz, muito dolorido e apaixonado. (LLULL, *Vida Coetânea*, I, p. 06)

Essa aparição, que de acordo com o relato se repetiu mais quatro vezes, foi vista por Llull como manifestação do desejo divino de que ele mudasse de vida e, dessa forma, gerou a motivação para que ele decidisse abandonar a vida mundana e dedicar-se a servir a Deus. Sua conversão foi, aliás, segundo Costa, acompanhada por três desejos ou objetivos: dedicar sua vida ao serviço de Deus, convertendo os “infiéis” ao catolicismo; construir mosteiros¹⁶ nos quais se ensinasse as línguas dos não cristãos para facilitar o objetivo de convertê-los;

¹⁶ Um desses mosteiros foi o chamado colégio de Miramar, fruto de uma petição feita por Llull por volta do ano de 1275, ao futuro rei Jaime II de Maiorca. O mosteiro foi fundado em 17 de outubro de 1276 e, no entanto, teve curta duração, provavelmente devido a falta de recursos para mantê-lo ocasionada pela guerra que se iniciou neste mesmo ano entre Jaime II de Maiorca e seu irmão Pedro III de Aragão, pelo controle da ilha após a morte do rei Jaime I. (COSTA, 2001, pp. 165-166)

produzir livros, “uns bons e outros melhores, sucessivamente contra os erros dos infieis” (LLULL, *Vida Coetânea*, I, p. 08). Assim, vemos que o documento apresenta o relato de uma vida voltada, sobretudo, a um propósito catequizador no que tange à relação de Llull com o outro, o não cristão.

A narrativa segue descrevendo como ele vendeu seus bens, deixando apenas o suficiente para o sustento de sua mulher e filhos e iniciou sua peregrinação por lugares sagrados da Península Ibérica (sobretudo igrejas) e sobre como ele passou nove anos estudando a língua árabe com um escravo, além de também ter estudado latim, filosofia e teologia. Assim, de acordo com Costa, ele se tornou um missionário laico – mesmo possuindo afinidades com as ordens mendicantes (sobretudo a franciscana) – e se dedicou a reflexão filosófica dirigida aos não cristãos, os quais ele pretendia converter por meio da difusão do seu pensamento através de suas obras. Quanto à forma como essas obras foram produzidas, sua autobiografia relata que

Depois de todas estas coisas, o dito reverendo mestre subiu alto em uma montanha chamada Randa, a qual não era muito longe de sua casa, para que aqui melhor pudesse pregar e servir a Nosso Senhor. E como tivesse estado aqui por quase oito dias, e um dia estivesse contemplando e tendo os olhos voltados para o céu, em um instante lhe veio certa ilustração divina, dando-lhe ordem e forma de fazer os ditos livros contra os erros dos infieis. Da qual coisa o dito reverendo mestre muito alegre, com grandes lágrimas nos olhos, fez muitas graças a Nosso Senhor daquela graça tão maravilhosa; e, incontinenti, desceu da dita montanha e rapidamente foi embora ao mosteiro de La Real, para que mais rapidamente pudesse ordenar os ditos livros; e, de fato, ordenou um livro muito belo, o qual chamou Arte Maior e depois Arte Geral, sob a qual arte depois compilou muitos livros para a capacidade dos homens iletrados. (LLULL, *Vida Coetânea*, III, p. 12)

Há aqui uma menção à *Arte* luliana, isto é, seu sistema de pensamento universalista composto por preceitos filosóficos que pretendiam sintetizar o pensamento da cultura medieval tendo como principal pressuposto a verdade de Deus. Segundo Costa, apesar do seu misticismo, Llull não ignora o caminho da busca racional, pois para ele a inspiração criadora (ilustração) é uma dádiva concedida por Deus para o entendimento racional das coisas. Foi com esse pensamento que Llull compôs seus livros – dos quais aproximadamente 280 chegaram até os dias de hoje – e os divulgou em universidades, em cortes reais e para papas, além de ter pregado o cristianismo aos muçulmanos no norte da África. Para Duarte, em sua qualidade de homem hispânico e pela popularidade que sua obra literária alcançou, “Llull se constituyó en el vehículo comunicador de los ideales entre la Cristandad europea y la Hispania cristiana, pues se movía en los centros intelectuales y de poder más importantes en los finales del siglo XIII y comienzos del siglo XIV” (DUARTE, 1994, p. 444).

Parece-nos que ao fim de sua vida Llull quis criar uma imagem de si mesmo como um exemplo de homem cristão e servidor de Deus, condizente com os modelos de bom cristão e o caráter doutrinal presente em obras como *O Livro da Ordem de Cavalaria*, de modo a justificar e legitimar sua trajetória religiosa. Para isso, ele ditou aos monges de Vauvert a narrativa de uma vida orientada por princípios cristãos, por uma dedicação exclusiva ao serviço de Deus como difusor da fé católica e como um guia que, através de suas obras buscou conduzir as pessoas para o caminho da retidão e, conseqüentemente, da salvação. Como ressaltado anteriormente, Llull viveu em um período no qual o ideal de cruzada ainda permanecia na Península Ibérica e isso se refletiu no seu pensamento e nas suas ações ao longo de sua vida como missionário laico, como demonstra a obra *Vida Coetânia*.

Suas obras, escritas em catalão, latim e árabe, possuem um caráter marcadamente pedagógico e catequético, dada a sua intenção de converter os não cristãos. De acordo com Adriana Zierer (2017), os escritos de Llull fornecem uma visão sobre a educação medieval voltada aos vários grupos sociais, a ideia de salvação e a conservação da estrutura social da época (fundamentada na ideologia das três ordens). Para a autora, o principal objetivo de Llull era transmitir ensinamentos sobre como ser um bom cristão a fim de obter a salvação. Tais ensinamentos eram voltados tanto para os não cristãos, com o objetivo de conversão por meio do que ele considerava argumentos racionais, quanto para os próprios cristãos, com o objetivo de fortalecer o cristianismo.

Em relação às obras direcionadas aos cristãos, se enquadram os livros do filósofo voltados para a educação infantil, dos príncipes e da nobreza, por exemplo, por meio da elaboração de modelos de virtudes. Zierer cita como exemplos as obras *Doutrina para crianças* (c. 1274-1276), escrita para transmitir ensinamentos sobre o cristianismo ao seu filho Domingos, o *Livro das Bestas* (c. 1288-1289), voltado para a educação do príncipe, e o *Livro da Ordem de Cavalaria* (c. 1279-1283), direcionado à educação da nobreza por meio da proposição de um modelo de cavaleiro guiado por um código de conduta definido por preceitos e valores éticos, morais e espirituais.

De acordo com Ricardo da Costa, a produção luliana é dividida em quatro etapas de acordo com o desenvolvimento de sua *Arte*: Fase pré-artística (1271-1274); Fase quaternária, subdividida em ciclo da *Ars compendiosa inveniendi veritatem* (ca. 1274 – ca. 1283) e ciclo da *Ars demonstrativa* (1283-1289); Terceira fase e Fase pós-artística. O *Livro da Ordem de Cavalaria*, cujo local de redação é desconhecido e não possui datação precisa, faz parte então da segunda fase da produção de Llull e constitui uma aplicação prática de sua *Arte*. “Apologética e doutrinária, seu conteúdo é de forte tendência missional e pretende ocupar um

espaço vazio na formação dos novos pretendentes a qualquer ordem de cavalaria, tentando dar a estes noviços um caminho que os ilumine numa série de preceitos e valores espirituais, morais e éticos” (COSTA, 1997, pp. 241-242). Como ressaltamos no primeiro capítulo deste trabalho, esses preceitos e valores são definidos pelo cristianismo e constituem um reflexo na literatura, dos esforços da Igreja católica, desde o século XI, em prol da sacralização da prática militar através da propagação de um ideal cristão de guerreiro.

Para explicar o propósito da obra, Llull fez um prólogo que difere bastante do restante do livro, pelo seu formato literário na forma de parábola. Nele, Llull narra a história de um velho cavaleiro que ao não poder mais exercer o ofício das armas devido à idade avançada, optou pela vida ermitã, isolando-se numa floresta para dedicar-se à contemplação a Deus. Então um dia, o velho ermitão encontrou um escudeiro que viajava para cortes reunidas por um grande rei no intuito de ser armado cavaleiro e, ao conversarem, se surpreendeu ao descobrir que o escudeiro não sabia o que era a Ordem de Cavalaria e suas regras:

Como, filho? – disse o cavaleiro – e tu não sabes qual é a regra e a ordem de cavalaria? E como tu podes aspirar à cavalaria se não tens sapiência da Ordem de Cavalaria? Pois nenhum cavaleiro pode manter a Ordem que não sabe, nem pode amar sua Ordem, nem o que pertence à sua Ordem, se não sabe a Ordem de Cavalaria, nem sabe conhecer as faltas que são contra sua Ordem. Nem nenhum cavaleiro deve armar outro cavaleiro se não conhece a Ordem de Cavalaria, porque desonrado cavaleiro é que faz outro cavaleiro e não sabe lhe mostrar os costumes que pertencem ao cavaleiro. (LLULL, *LOC*, Prólogo, p. 09)

Assim, percebe-se que Llull deixa claro, logo no início da obra, que existem normas e valores que todo cavaleiro deve conhecer e seguir e faltas que devem evitar para honrar a cavalaria. São essas normas e valores, assentados em princípios cristãos, que compõem a ética cavaleiresca luliana.

O velho eremita decide então entregar ao escudeiro um livro que continha as normas da cavalaria a serem transmitidas a todos os aspirantes a esse estatuto de guerreiro, para honrar e manter a ordem. O escudeiro, bastante agradecido, levou o livro à corte reunida pelo grande rei e apresentou-o a todos que lá estavam para que o lessem e o copiassem e assim pudessem sempre recordar as normas e os ideais da cavalaria. Este livro, metalinguisticamente, é o próprio *Livro da Ordem de Cavalaria*.

Assim, vemos que Llull informa já no prólogo quem são os destinatários da obra, ao destacar a figura do rei e sua corte. Afinal, como já ressaltamos antes, um dos requisitos apresentados por Llull para os pretendentes à cavalaria é o de que possuíssem boa linhagem, ou seja, o de que pertencessem à nobreza. Ademais, como resalta Ricardo da Costa (2000) no

prefácio de sua tradução da fonte, já no prólogo podem ser percebidos os propósitos do livro, de propiciar o retorno a um passado glorioso e perdido¹⁷, iluminando os cavaleiros com os preceitos cristãos para trazê-los de volta ao caminho da salvação. Nesse sentido, segundo a concepção de Chartier (1991) do conceito de representação, Llull torna presente uma imagem do cavaleiro imbuído de valores, reais ou imaginados, que para ele haviam sido perdidos e precisavam ser recuperados.

No prólogo Llull informa também que o livro é dividido em sete partes, à semelhança dos planetas e do ordenamento social: Do começo de cavalaria; Do ofício que pertence ao cavaleiro; Do exame do escudeiro que deseja entrar na Ordem de Cavalaria; Da maneira segundo a qual o escudeiro deve receber a cavalaria; Do significado que existe nas armas do cavaleiro; Dos costumes que pertencem ao cavaleiro e, por fim, Da honra que deve ser feita ao cavaleiro.

Os capítulos da obra correspondem aos objetivos que o futuro cavaleiro deve cumprir e às normas que ele deve seguir. Eles apresentam sua função, as normas do seu ofício, os requisitos para se tornar um cavaleiro, como deve ser realizado o ritual de investidura de novos guerreiros, os significados cristãos das armas que eles possuem, os vícios que eles devem evitar e as virtudes que eles devem nutrir e, por último, a honra que a sociedade deve destinar ao cavaleiro, da mesma forma que ele deve honrar a cavalaria.

A seguir, veremos como o discurso apresentado por Llull em torno da construção de uma ética cavaleiresca por meio do fornecimento de um ideal de guerreiro cristão não se origina nele, mas integra um processo discursivo mais amplo e influenciado pelo ambiente sócio-histórico e ideológico no qual foi enunciado. Nesse sentido, tentaremos estabelecer a relação do discurso presente em *LOC* e da representação que Llull elabora da figura do cavaleiro, com o discurso ético-teológico da Igreja voltado para a moralização do mundo militar e para o controle da nobreza guerreira, discurso este exemplificado pelo esquema ideológico das três ordens e pelo ideal de cruzada voltado contra os não cristãos, que foram absorvidos por esse grupo.

3.2 O guerreiro senhor de terras e amigo dos clérigos: a posição social do cavaleiro na sociedade medieval sob a ótica de Ramon Llull

¹⁷ Associado a Carlos Magno (742-814) como paradigma e mito do monarca guerreiro responsável por expandir e unificar o espaço cristão pela força das armas (COSTA, 1997, p. 244).

Enfatizamos no primeiro capítulo deste trabalho, seguindo a perspectiva de Jean Flori (2005), que longe de ser uma categoria exclusivamente militar, ao longo do tempo a cavalaria vai incorporando uma dimensão política à medida que vai ganhando prestígio (justamente pelo seu sucesso no campo de batalha), e sendo assumida por uma aristocracia que a torna cada vez mais restrita e exclusiva; uma dimensão religiosa através da ação de uma instituição eclesiástica que buscava “apaziguá-la” e dotá-la de valores morais e éticos cristãos; uma dimensão cultural à medida que seus membros se tornam modelos exemplares de guerreiro, protagonistas de um gênero literário que os retratam de forma idealizada; uma dimensão ideológica pela função específica que assumem na manutenção do ordenamento social determinado pela ideologia das Três Ordens, por exemplo. Partindo desta constatação, veremos como esses aspectos, sobretudo os de natureza política, atravessam o discurso construído por Llull em torno desses guerreiros no *LOC*, analisando esses atravessamentos da perspectiva da análise de discurso sob a ótica de Eni Orlandi (2005).

Já desde o século X podem ser percebidos exemplos da interferência do clero sobre a cavalaria, visando exercer controle sobre esse grupo. A Igreja se volta, neste período, ao objetivo de sacralizar a prática militar por meio do fornecimento de uma ética cristã direcionada ao grupo dos cavaleiros. Expressões desse processo são os movimentos da Paz de Deus e da Trégua de Deus, especificados no capítulo anterior, os quais, de acordo com Barthelemy (2010), objetivavam conter através de pressões eclesiásticas e da ameaça de excomunhão, os abusos e violências praticados nas guerras feudais. Do mesmo modo, o clero pretendeu intervir sobre a figura do guerreiro através da sacralização do ritual de investidura cavaleiresca pela incorporação de um cerimonial cristão, como já mencionado neste trabalho.

No primeiro capítulo, argumentamos a respeito de como as ações eclesiásticas em prol da moralização da prática militar objetivavam controlar e “domesticar” a nobreza guerreira ao limitar seus excessos e canalizar a violência por ela praticada a alvos contra os quais essa violência seria legitimada, os não cristãos. Este aspecto, aliás, está associado ao estímulo que a Igreja deu as Cruzadas no século XI, dando origem a um ideal de combate ao não cristão que ainda persiste no período em que viveu Llull, como abordaremos adiante.

Partindo da constatação de que a Igreja católica foi uma instituição que detinha um enorme poder e influência política, econômica, social e ideológica, no ocidente europeu medieval no período em análise, não é de se admirar que o modelo ético com o qual a instituição eclesiástica pretendia moldar a cavalaria tenha se refletido na literatura. De acordo com Adriana Zierer (2017), com o declínio das Cruzadas a Igreja buscou a revalorização dos ideais cavaleirescos voltados ao cristianismo e assim o modelo do cavaleiro cristão surge na

literatura como um modelo literário. Como vimos, na *Demanda do Santo Graal* esse modelo é personificado pela figura do cavaleiro perfeito Galaaz, que pela sua pureza é o escolhido para encontrar o santo vaso. Em conexão com esse modelo literário presente na *DSG*, o *Livro da Ordem de Cavalaria* também busca realizar uma retomada do ideal de cavaleiro cristão propagado pela Igreja desde o século XI.

Em relação à influência da instituição eclesiástica sobre essa literatura, Zierer afirma que “o ideal de cavaleiro cristão que aparece na obra de Llull e no romance de cavalaria cristão pode ser compreendido no plano ideológico como um outro recurso utilizado na busca de controle e ordenamento da sociedade medieval” (ZIERER, 2017, p. 141). Nesse sentido, podemos afirmar que o discurso construído por Llull em *LOC* faz parte de um processo discursivo mais amplo e remete a uma formação discursiva que naquele contexto determina o que pode ser dito a respeito da cavalaria, ou seja, a “ética cavaleiresca” apresentada em sua obra não se originou nele, mas constitui a retomada de um ideal que já circulava pelo espaço europeu nesse período. Da perspectiva da análise discursiva, não existe discurso que não aponte para outros que o sustentam e é dessa relação com outros dizeres que resultam os sentidos (ORLANDI, 2005, p. 39).

Outra noção cara à análise de discurso é a de interdiscurso ou memória discursiva, conceituada por Orlandi como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2005, p. 31). Neste caso podemos enquadrar a *Demanda do Santo Graal* que, apesar de ser contemporânea ao *LOC*, foi produzida em outro espaço e ainda assim também apresenta um modelo de cavaleiro que reflete o ideal cristão de guerreiro disseminado pela Igreja católica. Da mesma forma, assim como o *LOC*, a obra *Siete Partidas* associa os cavaleiros à nobreza e os enquadra dentro do estado dos defensores segundo o esquema ideológico das três ordens. Partindo deste ponto, a partir da análise de como essa ideologia se apresenta na obra de Llull, verifiquemos agora as marcas de distinção social entre clérigos, nobres e cavaleiros e as implicações políticas delas resultantes na representação que o filósofo elaborou desses guerreiros.

A ideologia das três ordens apresenta um esquema de divisão trifuncional da sociedade, composta pelos *oratores*, *bellatores* e *laboratores* (simplicadamente, aqueles encarregados das funções ligadas à esfera religiosa, os responsáveis pela defesa da cristandade pela força das armas e aqueles responsáveis pelo sustento das demais ordens através do trabalho manual). Esse esquema ideológico elaborado por clérigos constitui, segundo Duby (1978), um dos elementos de legitimação do poder do clero e da nobreza ao justificar os

privilégios detidos por essas instâncias de poder e defender a conformação dos desafortunados com a posição em que se encontravam, pela complementaridade das funções de cada ordem.

Retomando o que afirmamos a esse respeito no primeiro capítulo, a nosso ver, esse esquema de representação das três ordens corroborava com os interesses dos sujeitos que ocupavam os espaços de poder e, nesse sentido, teria sido formulado em prol da legitimação da manutenção dessa ordem social que reforçava as hierarquias, colocando no topo da pirâmide o clero e a nobreza, sobretudo o primeiro, como as principais instâncias de poder na sociedade.

O esquema ideológico do modelo tripartite de sociedade pode ser percebido no *Livro da Ordem de Cavalaria* através da identificação que essa obra faz desses guerreiros como defensores da Igreja, dos nobres e dos indefesos, cumprindo assim uma função definida dentro do ordenamento social. Não apenas isso, mas, como já fora ressaltado, a obra também elege a boa linhagem como um dos critérios principais para os pretendentes à cavalaria, demarcando a posição social elevada dos defensores da sociedade em sintonia com a sua definição no esquema tripartite, como podemos ver na citação abaixo:

Tão alta e nobre é a Ordem do cavaleiro que não bastou à Ordem que se fizesse com as mais nobres pessoas; nem que se lhe doasse as bestas mais nobres nem lhe desse as mais honradas armas, antes conveio ao homem que se fizessem senhores das gentes aqueles homens que são da Ordem de Cavalaria. E porque no senhorio há tanto de nobreza, e na servidão tanto de submissão, se tu, que abraças a Ordem de Cavalaria, fores vil e malvado, poderás pensar qual injúria fazes a todos teus submetidos e a todos teus companheiros que são bons, porque pela vileza em que estás, deverias ser submetido, e pela nobreza dos cavaleiros que são bons, és indigno de ser chamado cavaleiro. (LLULL, *LOC*, I, p. 17)

Neste trecho da obra, Llull delimita a posição social a ser ocupada pelos cavaleiros, destacando a sua vocação ao senhorio e seus privilégios, em oposição à submissão na qual se encontram os servos e camponeses, pois, para o maiorquino, “[...] convém que as gentes arem e cavem e tirem o mal para que a terra lhe dê os frutos dos quais vivam o cavaleiro e suas bestas” (LLULL, *LOC*, I, p. 17). Há nesta citação uma clara alusão ao modelo tripartite de sociedade, destacando as funções que cabem aos *laboratores* no ordenamento social, as quais deveriam ser mantidas por garantirem o sustento das outras ordens. Logo, nesse sistema rigidamente hierárquico, o acesso à cavalaria estava vedado aos camponeses por não possuírem boa linhagem e pelas limitações materiais no que concerne ao armamento. Aliás, no que diz respeito a essa restrição do acesso à cavalaria provocada pelas obrigações materiais, Llull destaca que

Cavalaria não pode ser mantida sem o arnês que pertence ao cavaleiro, nem sem os honrados feitos e as grandes despesas que convêm ao ofício de Cavalaria. E por isso, escudeiro sem armas e que não possua tanta riqueza que possa manter Cavalaria não deve ser cavaleiro, porque por falta de riqueza falha o arnês, e por enfraquecimento do arnês e despesas, malvado cavaleiro torna-se roubador, traidor, ladrão, mentiroso, falso, e de outros vícios que são contrários à Ordem de Cavalaria. (LLULL, *LOC*, III, p. 61)

Por conseguinte, Llull limita o acesso à cavalaria apenas àqueles que possuíssem recursos para obter e manter os armamentos necessários ao seu ofício. Essa exigência, somada ao requisito da linhagem, estabelece como condição para se tornar cavaleiro o pertencimento à nobreza. Além disso, de acordo com Ricardo da Costa (1997), estas obrigações materiais restringem até mesmo os nobres que pretendem se tornar cavaleiros, tornando a cavalaria quase um corpo de elite. É nesta nobreza guerreira que a Igreja buscou inculcar um ideal cristão, um código de conduta particular.

No prefácio à sua tradução do *Livro da Ordem de Cavalaria*, Ricardo da Costa destaca duas tendências de atuação da Igreja sobre a cavalaria: uma primeira linha ideológica mais antiga e radical que objetivava sua integração à instituição eclesiástica e que é exemplificada pelas ordens monástico-militares (cavaleiros teutônicos, templários, hospitalários). A segunda, mais moderada, que desejava controlar os cavaleiros através de uma ética cristã com ideais e normas de comportamento e que legitimava a função da cavalaria na sociedade e aprovava a prática da violência em determinadas condições (combate aos não cristãos). É nesta segunda corrente ideológica que o *LOC* se enquadra, sobretudo quanto à função que atribui aos *bellatores* no ordenamento social. Partindo então deste ponto de articulação entre Igreja e cavalaria, vejamos como Llull realiza a distinção entre essas duas ordens:

[...] assim como os clérigos, por honesta vida e por bom exemplo e por ciência, têm Ordem e ofício de inclinar as gentes à devoção e à boa vida, assim os cavaleiros, por nobreza de coração e por força das armas, mantêm a Ordem de Cavalaria, e têm a Ordem em que estão para inclinarem as gentes ao temor, pelo qual temem fazer faltas uns homens contra os outros. (LLULL, *LOC*, I, p. 19)

Adiante, nos deteremos sobre a função atribuída por Llull ao cavaleiro na manutenção do ordenamento social. Por enquanto, basta destacar a delimitação que este trecho faz dos papéis concernentes a *oratores* e *bellatores* na ordem social: uma função eclesiástica de condução do povo ao caminho da salvação através da pregação dos preceitos cristãos e uma função de defesa e de manutenção da ordem pela força das armas. Aliás, Llull destaca a harmonia e complementaridade que deve existir dentro deste esquema de divisão da

sociedade, pois “amar uma Ordem e desamar outra Ordem não é manter a Ordem, porque nenhuma Ordem Deus fez contrária a outra” (LLULL, *LOC*, II, p. 25).

A representação dessas instâncias de poder da sociedade medieval no discurso que compõe o *LOC* se explica pela sua inscrição em uma ideologia aceita e difundida pela Europa Ocidental, como atestamos ao verificar a presença do modelo social tripartite na obra *Siete Partidas*. Essa ideologia expõe uma imagem ideal, uma representação da realidade social a serviço de um poder (DUBY, 1978). Chartier (1991) define o conceito de representação como “o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente por meio da sua substituição por uma imagem capaz de repô-lo em memória ou de pintá-lo tal como é” (CHARTIER, 1991, p. 184). Partindo dessa definição, podemos afirmar que Llull constrói uma imagem idealizada dos cavaleiros tornada visível pelo discurso apresentado na obra, o qual é produto da absorção pelo filósofo do esquema ideológico das três ordens e do modelo literário do cavaleiro cristão elaborados pela Igreja católica. É a relação com esses discursos que circulavam no período, que compõe os sentidos da obra.

Para concluir esta etapa da análise, recordemos mais uma vez que Llull produziu essa obra no intuito de “educar” a nobreza, e mais especificamente a cavalaria, por meio do fornecimento de um modelo de conduta cristão. Portanto, a obra tinha como destinatários os vários estratos da nobreza. Isso fica claro pela proposição que o filósofo faz de uma hierarquia idealizada para os nobres, que apresentamos em um trecho analisado no capítulo anterior, a qual coloca o imperador no topo da pirâmide, seguido pelo rei e pelos demais níveis nobiliárquicos, todos em uma relação vertical de subordinação e todos identificados pelo fator comum de pertencerem à cavalaria. Esse modelo hierárquico exprime o desejo de Llull de que os cavaleiros fossem senhores das gentes para melhor cumprir a missão de defesa da cristandade.

Todavia, como assinala Flori (2005), apesar de nobreza e cavalaria terem se entrelaçado ao longo do tempo, esses termos nunca foram sinônimos ou equivalentes. Ainda que no século XIII uma grande parcela dos homens nobres fosse composta por cavaleiros, nem todos os cavaleiros tinham origem nobre, pois não é a cavalaria que se enobrece, mas a nobreza que passa a se integrar a cavalaria. Além disso, é necessário advertir também que a assimilação entre cavalaria e nobreza nunca foi completa no ocidente europeu medieval, pois, por exemplo, no Sacro Império a cavalaria se manteve sempre como um estrato social distinto e dependente da nobreza e no reino de Portugal, até meados do século XIII, ela constituía a camada mais baixa da aristocracia (COSTA, 2009). Ainda assim, está claro em *LOC* o desejo de que essas categorias se fundissem, pois, para Llull, grande parte do valor da cavalaria

residia na posição que eles ocupavam na sociedade, a partir da qual melhor poderiam exercer suas funções:

[...] inconveniente coisa seria que um cavaleiro pudesse por si só manter e reger todas as gentes deste mundo; porque se o fizesse, não seriam tão bem significados o senhorio, o poder, a sabedoria de Nosso Senhor Deus. Daí que, por isso, Deus quis que, para reger todas as gentes deste mundo, haja mister muitos oficiais que sejam cavaleiros; por isso o rei ou o príncipe que fizer procuradores, vegueres, bailios, de homens que não sejam cavaleiros o faz contra o ofício de Cavalaria, dado que seja mais conveniente que o cavaleiro, segundo a dignidade de seu ofício, proteja o povo, do que outros homens [...]. (LLULL, *LOC*, II, p. 27)

Assim, vemos que para o filósofo não basta que os governantes sejam cavaleiros, mas também os demais oficiais que ocupassem postos governativos, militares e judiciais. Com isso, percebemos que, para Llull, todas as posições ligadas à administração dos reinos, do menor ao maior grau da nobreza, deveriam ser ocupadas por indivíduos que pertencessem à cavalaria. Nesse sentido, é evidente a implicação política da representação que o filósofo elabora dos cavaleiros, pois nela, pertencer à cavalaria implica ser nobre e ocupar importantes espaços de poder. Dessa posição de poder, decorrem funções importantes a serem desempenhadas por esses guerreiros, tais como a defesa da Igreja e da cristandade e a manutenção do ordenamento social. É a respeito dessas funções atribuídas ao cavaleiro na obra que trataremos a seguir.

3.3 “Do ofício que pertence ao cavaleiro”: a função social do cavaleiro em *O Livro da Ordem de Cavalaria*

Destacamos no início do capítulo, como o fato de Llull ter nascido em um período de expansão dos reinos ibéricos com objetivos cruzadísticos, políticos e econômicos e o fato de ter crescido em meio a grupos com diferentes religiões como judeus e muçulmanos, podem ter influenciado o modo como a vida e a obra desse autor estiveram orientados para o propósito de conversão dos chamados “infieis”, segundo consta em sua autobiografia. No entanto, inicialmente Llull não desejava que a conversão fosse imposta pelas armas no combate aos não cristãos, seu propósito era convencer-lhes, através de “argumentos racionais” – da superioridade da doutrina cristã sobre as demais – para que aderissem ao cristianismo (ZIERER, 2017).

No século XII, o movimento das Cruzadas era caracterizado por possuir um caráter punitivo, por ter como uma de suas principais motivações a vingança contra os muçulmanos que ocupavam os “lugares santos” para a cristandade. Luis Duarte (1994) destaca, no entanto,

que no século XIII o conceito de cruzada ganha um novo matiz quando ela se torna um instrumento da liberdade de pregação evangélica, ou seja, como um instrumento que abre as portas à evangelização através do controle sobre a potência muçulmana que impedia a expansão do cristianismo. As dificuldades enfrentadas pelos missionários nos espaços muçulmanos foram tantas e o processo de evangelização, quando houve, foi tão lento que se fez necessário o uso da força para tentar superar sua resistência.

A isso podemos relacionar o que Costa (1997) afirma acerca do objetivo de Llull de converter os não cristãos. Segundo o autor, o pensamento do filósofo no que diz respeito à Cruzada pode ser dividido em duas fases: na primeira, que engloba a maior parte de sua vida, Llull pretendia evangelizar os “infiéis” por meio do diálogo e do que ele considera argumentos racionais ou “razões necessárias” (o *LOC* se enquadra nesse período). Contudo, essa ação missionária pacífica fracassou e, no fim de sua vida, Llull passa a defender o uso da força contra os não cristãos – marca do ideal de cruzada que perpassa sua obra. A presença desse ideal no pensamento luliano é consequência do estímulo que a Igreja deu, desde o século XI, ao combate aos “infiéis”, primeiro em Jerusalém e depois na Península Ibérica, movimento que já perdia força no século XIII. Esse ideal pode ser identificado em *LOC* na imagem de defensores da cristandade que o livro atribui aos cavaleiros:

Ofício de cavaleiro é manter e defender a santa fé católica pela qual Deus, o Pai, enviou seu Filho para encarnar na virgem gloriosa Nossa Senhora Santa Maria, e para a fé ser honrada e multiplicada, sofreu neste mundo muitos trabalhos e muitas afrontas e grande morte. Daí que, assim como nosso senhor Deus elegeu clérigos para manter a Santa Fé com escrituras e com provações necessárias, pregando aquela aos infiéis com tão grande caridade que até a morte foi por eles desejada, assim o Deus da glória elegeu cavaleiros que por força das armas vençam e submetam os infiéis que cada dia pugnam em destruir a Santa Igreja. Onde, por isso, Deus honrou neste mundo e no outro tais cavaleiros que são mantenedores e defensores do ofício de Deus e da fé pela qual nos havemos de salvar. (LLULL, *LOC*, II, p. 23)

Llull deixa claro que uma das principais missões do cavaleiro é proteger a Igreja e a cristandade contra o que ele considera a principal ameaça à religião católica, os não cristãos. O trecho nos mostra que, para ele, o combate ao “infiel” deve ser realizado por dois ofícios complementares: os clérigos por meio da evangelização e os cavaleiros através do confronto armado direto. Costa (1997) afirma que a mentalidade de cruzada presente no pensamento de Llull também pode ser examinada justamente através dos significados que ele atribui às armas do cavaleiro.

Na maior parte do livro, Llull realiza uma argumentação dialética através da qual estabelece o que convém e o que não convém aos cavaleiros, opondo virtudes e vícios. Na quinta parte da obra, no entanto, a argumentação apresentada é de tipo alegórico, pois estabelece um significado a cada uma das armas do cavaleiro. Para Costa, Llull representa essas armas como símbolos da cruzada contra os não cristãos. Por exemplo, semelhante à cruz, a espada deve ser usada para manter a justiça e com ela “[...] o cavaleiro deve vencer e destruir os inimigos da cruz [...]” (LLULL, *LOC*, V, p. 77). Já o escudo é um símbolo de proteção, associado ao papel do cavaleiro como defensor da cristandade e como mantenedor da ordem social ao se interpor entre o rei e os seus súditos. Além dessas, todas as demais armas possuem significado religioso por simbolizarem deveres e valores a serem cultivados pelos cavaleiros (verdade, vergonha, diligência, obediência, misericórdia, força de coragem, etc.) em oposição aos vícios (pecados).

Está claro então, como já bastante enfatizado, que no modelo cavaleiresco luliano um dos principais propósitos do cavaleiro é a conversão dos não cristãos, seja pelo convencimento seja pela imposição. Durante a maior parte da sua vida Llull preferiu que a conversão ocorresse por meios pacíficos, mas ainda assim também encontramos passagens no *LOC* que demonstram uma visão mais impositiva a esse respeito: “pela fé que existe nos cavaleiros bem acostumados, vão os cavaleiros a Terra Santa de Ultramar em peregrinação e fazem armas contra os inimigos da cruz, e são mártires quando morrem para exaltar a santa fé católica [...]” (LLULL, *LOC*, VI, p. 89). O ideal de cruzada que instava os cavaleiros ao sacrifício da própria vida no combate aos “inimigos da fé” demonstra mais uma vez a inscrição do *LOC* em um amplo processo discursivo que definiu não só o que é dito na obra, mas o conjunto do pensamento do autor.

Danielle Nunes e Ricardo da Costa (2005), em seu artigo *As funções sociais e políticas do bom cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria (c. 1279-1283) de Ramon Llull (1232-1316)*, afirmam que Llull desejava empreender uma reforma na sociedade baseada na religião católica e reconhece que para que esse intento pudesse ter êxito não se poderia dispensar o uso das armas. Do mesmo modo, Duarte afirma que devido à resistência dos muçulmanos, o filósofo foi obrigado a rever sua postura inicial e considerar a cruzada como elemento eficaz para superar esse obstáculo. Nesse sentido, por não estarem tendo o êxito esperado, a cruzada luliana passa a depender não apenas do que ele chama de “razões necessárias” ou argumentos racionais sobre a superioridade do cristianismo, mas também de uma força militar voltada a facilitar a missão de evangelização dos não cristãos e não para destruí-los.

Paula Marroni (2013), em seu artigo intitulado *Ramon Llull e O Livro da Ordem de Cavalaria: tentativa de retomada dos ideais da cavalaria cristã*, afirma que em um período no qual o ideal de cruzada guerreira já não fazia mais o mesmo sentido, observamos a tentativa de Ramon Llull de revalorizar esse ideal com uma nova roupagem: uma cruzada missionária, atravessada pela conversão dos não cristãos. Para a autora, por ter sido elaborado em tal conjuntura, percebe-se em *LOC* a intenção de Llull em valorizar a figura do cavaleiro como modelo de conduta a ser seguido, por pertencer à nobreza e ser detentor de valores morais e éticos cristãos. A propósito, a valorização do cavaleiro promovida pelo modelo luliano, se dá também pela função atribuída a eles como agentes de manutenção da ordem social. Esse aspecto pode ser observado no seguinte trecho:

Ofício de cavaleiro é manter e defender o senhor terreno, pois o rei, nem o príncipe, nem nenhum outro barão sem ajuda poderia manter justiça em suas gentes; logo, se um povo ou algum homem é contra o mandamento do rei ou do príncipe, convém que os cavaleiros ajudem a seu senhor, que é homem sozinho, assim como qualquer outro homem. Logo, o cavaleiro malvado que antes ajuda o povo que a seu senhor, ou que quer ser senhor e quer despossuir seu senhor, não segue o ofício pelo qual é chamado cavaleiro. (LLULL, *LOC*, II, p. 29)

Recordemos que o próprio Llull pertencia à nobreza, desse modo não é de se estranhar que compartilhe da visão de sociedade veiculada por esse modelo de organização social, caracterizado pela conformação dos despossuídos com a posição em que se encontravam e pela legitimação dos privilégios detidos pelas instâncias de poder. Apesar de o modelo de cavaleiro luliano ter como função defender os poderosos e os fracos, eram os primeiros que geralmente recebiam sua proteção ao passo que os desarmados eram frequentemente vítimas de sua violência. Ademais, Llull acreditava que os cavaleiros deveriam ser responsáveis pela pacificação da cristandade, de modo a manter a harmonia social, como fica claro no trecho a seguir:

Ofício de cavaleiro é haver castelo e cavalo para guardar os caminhos e defender os lavradores. Ofício de cavaleiro é ter vilas e cidades, para manter em justa harmonia as suas gentes e para congregar e ajustar carpinteiros em um lugar, ferreiros, sapateiros, drapeiros, mercadores, e outros ofícios que pertencem ao ordenamento deste mundo, e que são necessários a conservar o corpo em suas necessidades [...]. (LLULL, *LOC*, II, p. 39)

Em outras palavras, na visão de mundo apresentada por Llull não há possibilidade de mobilidade social. A realidade social, vista como reflexo do plano celeste deve permanecer imutável, com cada componente da sociedade ocupando uma posição específica e exercendo uma função única ao longo de toda a vida, sobretudo os desafortunados. Nesse modelo de

organização social, cabe aos nobres e ao clero reger a sociedade e garantir a harmonia entre o povo, por exortações religiosas ou pela força das armas.

Por conseguinte, constatamos que o modelo de cavaleiro cristão elaborado por Llull – fruto da influência de discursos de origem eclesiástica bastante difundidos no século XIII – constitui uma tentativa de valorizar a figura do cavaleiro, que para ele estava longe do ideal desejado, por meio da incorporação por esses guerreiros de um código de conduta movido por preceitos cristãos e voltado para as missões de defesa da cristandade e manutenção da ordem social. Para Llull, um ofício encarregado de funções tão importantes só poderia ser exercido por indivíduos em elevada posição social, a nobreza. Nesse sentido, tendo em vista que o *LOC* apresenta uma imagem da cavalaria ligada às classes dirigentes e tinha como destinatários os nobres, podemos concluir que além de ser constituída por elementos de natureza religiosa a obra também é perpassada por elementos de natureza política que são produto da posição social do autor e das relações por ele estabelecidas com essas instâncias de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de análise feito até aqui esteve orientado para o entendimento de como se estruturavam as relações de poder na sociedade medieval do ocidente e, mais especificamente, na Península Ibérica do século XIII, por meio da análise da obra *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283), de Ramon Llull, e o discurso que ela apresenta em torno da figura do cavaleiro, em suas relações com o universo religioso e as configurações políticas em que estavam enredados na época. A justificativa para o desenvolvimento desse trabalho, amparado no método da análise de discurso sob a perspectiva de Eni Orlandi, foi a necessidade de se preencher as lacunas presentes na historiografia existente sobre o tema, sobretudo no que se refere ao recorte espaciotemporal analisado e à relativamente pouca bibliografia em língua portuguesa acerca da cavalaria medieval ibérica, de modo a ampliar a percepção que se tem acerca deste importante agente social do medievo a partir de um enfoque pouco explorado.

A maior parte dos trabalhos consultados ao longo do desenvolvimento da pesquisa que possibilitou a produção desta monografia, analisa a cavalaria priorizando elementos de ordem militar ou religiosa relacionados a essa função. Isso é ainda mais evidente em trabalhos que utilizam *O Livro da Ordem de Cavalaria* como fonte, sobretudo no que diz respeito aos aspectos religiosos inerentes à obra. Tendo isso em vista, buscou-se realizar ao longo desta monografia uma análise que considerasse, além desses elementos indispensáveis ao se trabalhar este tema a partir desta fonte específica, aspectos da ordem do político. O *LOC* possibilitou a realização desse tipo de análise pela representação que faz dos cavaleiros como estando intrinsecamente ligados às classes dirigentes feudais, por estas estarem integradas à cavalaria.

No que se refere às relações de poder entre a Igreja, a nobreza e a cavalaria, verificou-se que no século XIII essas instâncias de poder mantinham relações estreitas entre si. Neste período nobreza e cavalaria estavam já bastante associadas no ocidente europeu, pela crescente integração dos nobres a essa entidade guerreira, tornando-a quase um corpo de elite. No entanto, essa assimilação nunca foi completa, por isso apesar de muitos nobres serem cavaleiros nem todos os cavaleiros tinham origem nobre. Ainda assim, dada essa integração, no período em análise não eram poucos os indivíduos que ocupavam importantes espaços de poder na sociedade que também pertenciam à cavalaria.

Quanto às relações entre o clero e a cavalaria, estas eram de natureza distinta. Assim como ao restante da sociedade, a Igreja católica exerceu sobre os cavaleiros uma forte influência ideológica, pois, desde o século XI, a instituição eclesiástica buscou incutir nesses

guerreiros nobres, vistos como desregradamente violentos, um ideal fortemente marcado por preceitos religiosos, um código de conduta orientado por princípios cristãos que pudesse “civilizar” a cavalaria e canalizar sua violência contra os não cristãos. Essa tentativa do clero visando exercer controle sobre a nobreza, pouco efetiva na prática, se refletiu na literatura cavaleiresca que se difundia no período, a partir da incorporação por essas narrativas de um modelo literário de cavaleiro imbuído de princípios morais e éticos cristãos.

A *Demanda do Santo Graal*, obra de origem francesa, apresenta esse modelo literário personificado na figura de Galaaz, o cavaleiro perfeito e sem pecados escolhido por Deus para encontrar o santo vaso. *O Livro da Ordem de Cavalaria*, obra de origem ibérica produzida no mesmo período, demonstra a incorporação desse modelo por se tratar de um manual pedagógico voltado para os pretendentes à cavalaria, que estabelece um código de conduta baseado em ações definidas por valores religiosos. A conexão entre essas obras demonstra sua inscrição em um amplo processo discursivo em torno da imagem ideal do cavaleiro.

Ainda mais amplo é o discurso que apresenta um esquema de divisão da sociedade medieval. Bastante difundida pelo espaço europeu no século XIII, a ideologia das Três Ordens foi incorporada tanto por *LOC* quanto por outra fonte ibérica do período, a obra *Siete Partidas*. Em ambas o cavaleiro é assimilado pelo estado dos defensores ou *bellatores*, destinado à nobreza. No *Livro da Ordem de Cavalaria*, a distinção entre as três ordens aparece de modo claro como uma hierarquia rígida: com o clero no topo, seguido pela nobreza e pelos indivíduos que não pertenciam a essas instâncias de poder, cada um responsável pelas funções específicas e complementares de orientação espiritual, defesa da cristandade e sustento das demais ordens, respectivamente.

À cavalaria, que na obra equivale à nobreza, cabem as importantes funções de defesa da Igreja e da cristandade contra os não cristãos (reminiscência do ideal de cruzada) e pacificação da própria comunidade cristã, contendo guerras privadas entre nobres e rebeliões camponesas, coagindo pela força das armas cada sujeito a permanecer em sua função e posição determinadas, de modo a manter a harmonia no ordenamento social.

Por conseguinte, Ramon Llull apresenta uma representação da cavalaria como equivalente à nobreza. Para o filósofo, quem deseja se tornar cavaleiro deve possuir origem nobre e todos os nobres devem ser cavaleiros, do mais alto ao mais baixo grau de nobreza. Apesar de não corresponder ao que a historiografia defende acerca da não integração total entre a dignidade hereditária e o ofício guerreiro, a imagem que Llull elabora dessa entidade militar investe-a de uma dimensão política incontornável por congregá-la às classes dirigentes dos reinos cristãos e às funções governativas, jurídicas e administrativas a elas concernentes.

Residem nesses aspectos as implicações políticas resultantes do modelo literário de cavaleiro presente na fonte de estudo e, desse modo, está atingido o principal objetivo deste trabalho sobre essa entidade que até hoje povoa o imaginário popular.

REFERÊNCIAS

Fontes:

LLULL, Ramon. **O Livro da Ordem de Cavalaria**. Tradução, notas e prefácio de Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, Instituto Brasileiro de filosofia e ciência “Raimundo Lúlio” (Ramón Llull), 2000.

LLULL, Ramon. **Vida Coetânea**. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 1999.

Bibliografia:

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria**: Da Germânia antiga à França do século XII. Trad.: ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Carolina Gual da. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.

COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no Livro da Ordem de cavalaria (1275), de Ramon Llull. In: COSTA, Ricardo Luiz Silveira da **Ensaio de História Medieval**. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2009.

COSTA, Ricardo da; NUNES, Danielle W.. As funções sociais e políticas do bom cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria (c. 1279-1283) de Ramon Llull (1232-1316). **Mirabilia**, v. 5, pp. 179-192, Jun./Dez. 2005.

COSTA, Ricardo da. Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull (1250-1300). **Mirabilia**: Barcelona, v. 1, pp. 163-172, Dez. 2001.

COSTA, Ricardo da. Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o Libro del Orden de Caballería. **Mediaevalia**: Porto, Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras do Porto e Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, v. 11-12, pp. 231-252, 1997.

DUARTE, Luis. Ideal de Cruzada y la misión. **Revista Notas Históricas y Geográficas**: Valparaíso (Chile), n. 5-6, 1994, pp. 437-468.

DUBY, Georges. **A Sociedade Cavaleiresca**. Martins Fontes, São Paulo, 1993.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 2 ed. 1994.

DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). **História: Novas Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974, pp. 130-145.

FLORI, Jean. **A Cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

FLORI, Jean. “Cavalaria”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 185-201.

GUENÉE, Bernard. “Corte”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 269-281.

LE GOFF, Jacques (org.). **O Homem Medieval**. Trad: FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar de. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LOPES, Marcos Antônio. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 147-165, 2011.

MARRONI, P. C. T.; OLIVEIRA, T.. Ramon Llull e o Livro da Ordem de Cavalaria: tentativa de retomada dos ideais da cavalaria cristã. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**. Cuiabá, 2013.

MARTIN, Georges. Control régio de la violencia nobiliária. La caballería segun Alfonso X de Castilla (comentario al título XII de la *Segunda partida*). **Annexes des Cahiers de linguistiques et de civilisation hispaniques médiévales**. n. 16, pp. 219-234, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PISNITCHENKO, Olga. **A cavalaria no discurso político castelhano-leonês no final do século XIII início do século XIV**. Entre vínculo social e forma de vida virtuosa. Belo Horizonte: Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

PISNITCHENKO, Olga. Modelo cavalheiresco de Dom Juan Manuel e cavalaria castelhano-leonesa na passagem do século XIII para XIV. **SIGNUM – Revista da ABREM**, v. 18, n. 1, p. 6-29, 2017.

RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesús. De oficio a estado. La caballería entre el Espéculo y las Siete Partidas. **Cahiers de linguistique hispanique médiévale**, v. 18, n. 1, pp. 49-77, 1993.

SCHMITT, Jean-Claude. Clérigos e leigos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 237-250.

SILVA, Carolina Gual da; BOVO, Cláudia Regina; AMARAL, Flávia. Do verso à prosa: o potencial histórico dos romances de cavalaria (séculos XII-XIV). **História e Cultura**, v. 2, n. 3, p. 414-441, 2013.

SILVA, Juliana Sylvestre da. **A Matéria de Bretanha e a historiografia medieval: da Historia Regum Britanniae às primeiras crônicas peninsulares em língua romance**. Campinas: Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SOUZA, Neila Matias de. **Modelando a cavalaria: uma análise da Demanda do Santo Graal (século XIII)**. Niterói: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2011.

ZIERER, Adriana. Galaaz e Lancelot n'A Demanda do Santo Graal: modelos ideais de cavaleiro em confronto. ISSN: 23165442. **Medievalis**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2015.

ZIERER, Adriana. O Cavaleiro Cristão n'A Demanda do Santo Graal e n'O Livro da Ordem de Cavalaria. In: Terezinha Oliveira. (org.). **Educação, História e Filosofia no Ocidente: antiguidade e medievo**. Itajaí (SC): UNIVALI Editora, 1 ed, v. 1, p. 305-319, 2009.

ZIERER, Adriana. O modelo pedagógico de cavaleiro segundo Ramon Llull. In: ZIERER, Adriana; BRAGANÇA JR., Álvaro. **Cavalaria e Nobreza: entre a História e a Literatura**. Maringá: Eduem, 2017, p. 137-154.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, **EMERSON EVANDRO DA SILVA**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **ENTRE O ESCUDO E A ESPADA: um estudo acerca das implicações políticas relacionadas à representação do cavaleiro medieval em *O Livro da Ordem de Cavalaria (1279-1283)* de Ramon Llull** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 20 de abril de 2023.

Emerson Evandro da Silva

Assinatura

Emerson Evandro da Silva

Assinatura